

Alexandre António da Costa Luís

**O Portugal Messiânico e Imperial de
D. João II na Oração de Obediência
dirigida a Inocêncio VIII em 1485**



LusoSofia:press
Covilhã 2013





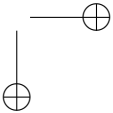
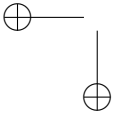
Alexandre António da Costa Luís¹

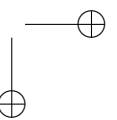
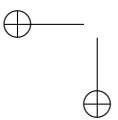
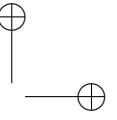
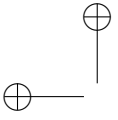
O Portugal Messiânico e Imperial de D. João II na Oração de Obediência dirigida a Inocêncio VIII em 1485²

LUSOSOFIA.NET

¹Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

²Este trabalho constitui uma versão aprofundada da comunicação intitulada “D. João II, Vasco Fernandes de Lucena e a Proclamação de um Portugal Messiânico e Imperial: a oração de obediência dirigida a Inocêncio VIII em 1485”, proferida no *II Encontro de Estudos da Identidade* (Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior, Auditório do Museu de Lanifícios, 17 de Maio de 2012), e de passagens sobre o assunto expostas na nossa dissertação de doutoramento (cf. LUÍS, Alexandre António da Costa, *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor João Marinho dos Santos, 2008).







LUSOSofia:PRESS

Covilhã, 2013

FICHA TÉCNICA

Título: *O Portugal Messiânico e Imperial de D. João II na Oração de Obediência dirigida a Inocêncio VIII em 1485*

Autor: Alexandre António da Costa Luís

Colecção: Livros LUSOSOFIA

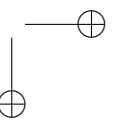
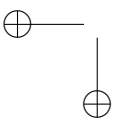
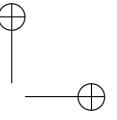
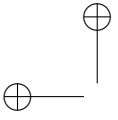
Capa: Madalena Sena

Imagem da Capa: Castelo de São Jorge da Mina. Pormenor do planisfério dito de Cantino. 1502. Biblioteca Estense, Modena. A imagem foi trabalhada informaticamente, criando a ideia de globo.

Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

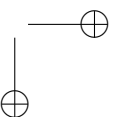
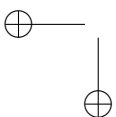
ISBN: 978-989-98874-0-4

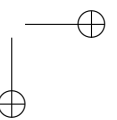
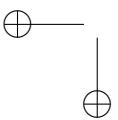
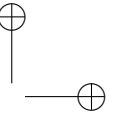
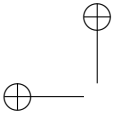




Índice

Introdução	1
Capítulo 1	
Os dois protagonistas: Vasco Fernandes de Lucena e D. João II	5
Capítulo 2	
A ascensão de uma potência oceânica	15
Capítulo 3	
A oração de obediência de 1485: anúncio de uma nova idade de ouro	29
Considerações finais	51
Bibliografia	57







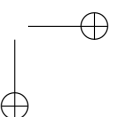
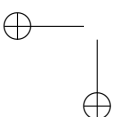
Introdução

O presente estudo¹ corresponde, no essencial, a uma análise do conteúdo da oração de obediência proferida por Vasco Fernandes de Lucena, em nome do rei D. João II, junto do papa Inocêncio VIII (1484-1492), no ido ano de 1485². Este discurso, que consideramos uma interessante peça de oratória e de propaganda política e ideológica, foi necessariamente observado à luz das circunstâncias da época, tais como a política ultramarina do *Príncipe Perfeito* e as expectativas criadas por uma potência oceânica em fase de nítida afirmação. Para além de constituir uma narração resumida da história plurissecular lusitana, reflectindo a interpretação oficial que corria junto do círculo joanino, a oração forma, de modo especial até por via de alguns dos episódios que descreve, um instrumento diplomático apostado em proclamar, em pleno coração da Europa Cristã, a marca, repleta então de significado e transcendência, de um Portugal messiânico e imperial, cujo processo expansionista está, em avultada medida, direccionado para a implantação de uma nova idade de ouro.

Sem espanto, devemos ter em atenção, conforme explica Belmiro Fernandes Pereira, que “as orações de obediência que chegaram até nós são verdadeiros documentos oficiais sujeitos à aprovação do rei ou pelo menos elaboradas a

¹Texto escrito de acordo com a antiga ortografia.

²Esta “oração de obediência, dirigida ao Sumo Pontífice Inocêncio VIII por Vasco Fernandes, doutor em ambos os direitos e orador do Ilustríssimo Rei de Portugal”, pode ser consultada em COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1936, pp. 67-91 (tradução portuguesa de Basílio de Vasconcelos). Em alternativa, cf. ALBUQUERQUE, Martim de (ed.), *Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Inocêncio VIII dita por Vasco Fernandes de Lucena em 1485*, Lisboa, Inapa, 1988.



partir de uma minuta régia. Eram pronunciadas no âmbito de uma embaixada, não raro extraordinária, sujeita a um cerimonial próprio. São, pois, excelentes documentos da óptica oficial que enquadra a construção do império”³.

Como escreve Américo da Costa Ramalho, “uma oração de obediência era pronunciada perante o papa, sempre que este mudava, ou mudava o rei”⁴. Olhando para a realidade em voga na centúria de Quatrocentos, na qual se situa temporalmente a temática analisada no trabalho agora exposto, percebe-se, de imediato, que este tipo de oração formava, entre outros aspectos, e sobretudo derivado ao seu habitual mediatismo, um acto particularmente relevante em termos de ostentação e de promoção de reis e de reinos. De facto, conforme sublinha o citado estudioso, “a corte papal era uma espécie de *fórum* internacional onde os países cristãos se encontravam, aproveitando cada um deles a cerimónia de obediência para expor os serviços prestados à cristandade e o seu direito ao reconhecimento colectivo”⁵. Sem surpresa, também o investigador Luís de Matos opina que “l’apparat fastueux que revêtaient parfois de telles cérémonies leur assuraient une large publicité, car ces ambassades d’obédience ne passaient nullement inaperçues à Rome et du côté portugais on tenait à leur éclat”⁶.

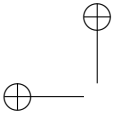
Por isso mesmo, atendendo à expressiva ressonância que este género de evento diplomático podia registar no seio do mundo católico, fruto da singular centralidade desfrutada pelo papado na teia das relações internacionais, bem como aos renovados esforços quatrocentistas e quinhentistas para instaurar o paradigma do bom gosto e do rigor latino, o discurso obediencial era, geralmente, confiado a um latinista já com créditos firmados ou, no mínimo, com elevado potencial. Claro que nesses dois séculos, fortemente pintados pelo fenómeno do humanismo, “ilustres humanistas, como Eneas Silvio Piccolomini (Papa sob o nome de Pio II), ou Marc-Antoine Muret [. . .], prestigiam a função do orador nas embaixadas de obediência”, conforme lembra Belmiro

³PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As Orações de Obediência de Aquiles Estação*, Coimbra, INIC e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991, p. 58.

⁴RAMALHO, Américo da Costa, “Humanismo em Portugal”, in *Para a História do Humanismo em Portugal (IV)*, Lisboa, INCM, 2000, p. 28.

⁵RAMALHO, Américo da Costa, “Humanismo em Portugal”, in *Para a História do Humanismo em Portugal (IV)*, p. 28.

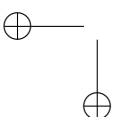
⁶MATOS, Luís de, *L’Expansion Portugaise dans la Littérature Latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 163.

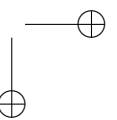
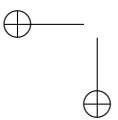
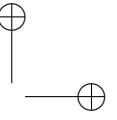
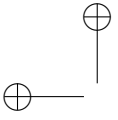


Fernandes Pereira⁷. De igual modo, acrescente-se, citando agora Manuel Telles da Silva, marquês de Alegrete, que, “naqueles tempos, era regra confiar as embaixadas, não só a homens da primeira nobreza e versados nos negócios públicos, mas também a entendidos no Direito”⁸. Naturalmente, escusado será dizer que tais agentes eram, por norma, merecedores da confiança do soberano. As próximas páginas versam parcialmente sobre um desses casos.

⁷PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As Orações de Obediência de Aquiles Estação*, p. 49.

⁸SILVA, Manuel Telles da, *Vida e Feitos de D. João II*, Lisboa, INCM, 1998, p. 104.





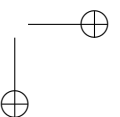
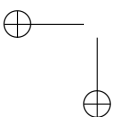


Capítulo 1

Os dois protagonistas: Vasco Fernandes de Lucena e D. João II

Em Portugal, ninguém poderá ficar indiferente ao trajecto do doutor Vasco Fernandes de Lucena (?-1499?)⁹. Esta ilustre figura, natural da vila andaluza de Lucena, nasceu em data incerta e na companhia do pai, Fernão Vasques, e dos irmãos fixou-se, sem dúvida ainda muito jovem, no nosso País, concretamente no começo do reinado do eloquente D. Duarte. Por aqui se notabilizou ao serviço de quatro monarcas (D. Duarte, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel), desempenhando, com reconhecida competência, múltiplas funções e missões, particularmente como letrado, diplomata e jurisconsulto. “Foi o

⁹Acerca deste importante vulto, cf., pelo menos, MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, por ordem da Universidade, 1980, pp. 842-849; COSTA, A. Fontoura da, *As Portas da Índia em 1484*, pp. 54-61; TORRES, Ruy d’Abreu, “Lucena, Vasco Fernandes de”, in SERRÃO, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 67-68; RODRIGUES, Vítor, “Lucena, Vasco Fernandes de”, in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Caminho, 1994, pp. 628-629.



maior orador do seu tempo, quer em latim quer em português”, conforme é amiudadamente frisado por distintos estudiosos¹⁰.

De entre a vasta lista de incumbências executadas por Lucena, podemos, a título de exemplo, salientar duas que estão cronologicamente situadas nos primeiros anos do reinado do *Pelicano* (1481-1495), o célebre rei D. João II¹¹. Assim, retenha-se a oração que pronunciou na abertura das cortes de Évora de 1481. Garcia de Resende, ao abordar esta importante cerimónia, adianta: “E depois de tudo posto em ordem, e a casa em grande silencio, o doutor Vasco Fernandes de Lucena, chanceler da casa do ciuel, fez em alta vós hũa arenga muy bem feyta, bem conforme ao caso”¹². Como é sabido, em 11 de Dezembro de 1485, o nosso afamado orador e humanista viu a sua projecção ainda mais celebrizada, graças à vibrante oração de obediência então recitada na Cidade Eterna, destacando-se as magnéticas alusões ao avanço marítimo português pela costa africana. É que D. João II, na qualidade de rei de Portugal e dos Algarves, de Aquém e de Além-Mar em África e recentemente revestido, após a edificação do Castelo de São Jorge da Mina por Diogo de Azambuja, com o título de “Senhor da Guiné” (1485)¹³, decidira felicitar o

¹⁰COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 55.

¹¹Sobre esta marcante figura da história portuguesa e mundial, cf., no mínimo, MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1995; FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

¹²RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1973, nova ed. 1991, cap. XXVI, p. 32.

¹³Cf., entre outros, SALDANHA, António Vasconcelos de, “Conceitos de *Espaço e Poder* e seus Reflexos na Titulação Régia Portuguesa da Época da Expansão”, in AUBIN, Jean (dir.), *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque*, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 105-129; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. II, *A Formação do Estado Moderno (1415-1495)*, 3.ª ed., revista, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, p. 108. Um trecho do *Livro de Apontamentos*, de Álvaro Lopes de Chaves, explica que “foj então sobresto altrecado se se chamaria Rej de Guine e emfim foj acordado que se chamasse senhor” (CHAVES, Álvaro Lopes de, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, códice 443 da Colecção Pombalina da BNL, introdução e transcrição de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, INCM, 1984, p. 257). D. João II, um dos grandes responsáveis pela dinâmica da «africanização» do movimento expansionista nacional e, sem dúvida, um dos maiores entusiastas do plano das Índias, que procura então estabelecer, é, assim, o primeiro monarca português que toma o título de “Senhor de

papa Inocência VIII pela sua ascensão ao s6lio pontif6cio, transmitindo, naquela solene e sumptuosa ocasi6o, marcos sonantes seleccionados a partir da folha de servi7os que os monarcas portugueses, e particularmente ele pr3prio, possu6am.

Conforme explica o cronista Garcia de Resende, que por largo per6odo de tempo privou com D. Jo6o II, “estando el Rey em Setuuel, lhe veyo recado como era falecido o Papa Xisto quinto [quarto, na realidade], e assi da noua cria76o do Sancto Padre Innocencio oitauo por seu breue. A que logo ordenou mandar sua acostumada obediencia, e lhe mandou com ella por embaixadores dom Pedro de Noronha seu mordomo mor, e comendador mor da ordem de Santiago, e o doctor Vasco Fernandez de Lucena do seu conselho, grande letrado, e muyto bom orador, e Ruy de Pina por secretario, e muytos fidalgos, e caualleiros, e muy honrada companhia [...]”¹⁴. Segundo palavras empregues por Lucena, o rei, numa clara opera76o de charme, alegrava-se “porque a bondade divina abrazou as almas dos eminent6ssimos cardeais no ardent6ssimo fogo do Esp6rito Santo para que elegessem um Pont6fice que f6sse bom, em primeiro lugar para a Igreja, em seguida para o povo crist6o e finalmente para a Pen6nsula Hisp6nica, e muito em especial para a na76o portuguesa”¹⁵.

Ao debru7ar-se sobre o trecho mais pol6mico da ora76o de 1485, que relata que os Portugueses chegaram perto do “Promont6rio Prasso, onde come7a o golfo Ar6bico”¹⁶, Banha de Andrade anota que Vasco Fernandes de Lucena n6o expressou “opini6es pr3prias”¹⁷. Para o citado investigador, “na quali-

Guinee”, embora, frise-se, j6 D. Afonso V tivesse aparecido oficiosamente com essa designa76o num documento henriquino, datado de 26 de Dezembro de 1457 (carta de doa76o do infante D. Henrique 6 Ordem da Cavalaria de N. S. Jesus Cristo, da vintena dos direitos que detinha sobre escravos, ouro, pescarias e quaisquer outros resgates nas terras da Guin6 para l6 do Cabo N6o, in ALBUQUERQUE, Lu6s de e SANTOS, Maria Em6lia Madeira (dir.), *Portugal6e Monumenta Africana*, vol. I, Lisboa, Comiss6o Nacional para as Comemora76es dos Descobrimentos Portugueses e INCM, 1993, doc. 23, pp. 87-88).

¹⁴ RESENDE, Garcia de, *Cr6nica de D. Jo6o II e Miscel6nea*, cap. LVIII, p. 90.

¹⁵ In COSTA, A. Fontoura da, *6s Portas da 6ndia em 1484*, p. 83.

¹⁶ In COSTA, A. Fontoura da, *6s Portas da 6ndia em 1484*, p. 80.

¹⁷ ANDRADE, Ant6nio Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da Difus6o, pela Europa, de Not6cias dos Descobrimentos Geogr6ficos Portugueses*, Lisboa, Junta de Investiga76es do Ultramar, 1972, p. 112.

dade de orador oficial, publicou o que se lhe mandou divulgar – que [...] traduzia a persuasão do próprio monarca”¹⁸.

Em boa verdade, várias outras passagens deste conhecido discurso em latim¹⁹, intencionalmente preparado para um público europeu e, note-se, com duas edições no século XV²⁰, terão obedecido a este esquema. De facto, considerando a personalidade de D. João II, pouco dada a uma postura passiva, à noção que alimenta fervorosamente de que a acção humana se torna mais decisiva quando integrada no serviço real e atendendo, ainda, à importância do acto, o discurso de saudação terá sido minuciosamente preparado com o dotado orador que era Lucena, estando, por certo, o rei apostado em ver a sua fama conhecida no estrangeiro por razões bem diferentes daquelas que, eventualmente, decorriam do modo violento com que superara o problema das desavenças caseiras com a alta nobreza, abatendo o poder desta, nomeadamente da Casa Ducal de Bragança.

Na realidade, esta preocupação de D. João II com a sua imagem e credibilidade no exterior, neutralizando o risco de comentários menos positivos que pudessem resultar da sua actuação mais intransigente e, por conseguinte, ensombrar o seu nome, encontrava uma atmosfera que era favorável ao enraizamento do prestígio lusitano. Com efeito, entre outros aspectos, as guerras movidas pelos monarcas portugueses contra o inimigo tradicional da Cristandade ecoavam lá fora com naturalidade, merecendo a avaliação elogiosa dos humanistas, como era o caso do siciliano Cataldo Parísio, que deve ter chegado ao nosso País no ano de 1485 e que, segundo parece, começara a compor antes da vinda *Arcitinge*²¹, poema latino sobre a tomada de Arzila e Tânger e onde são justamente celebrados o rei D. Afonso V e o seu ilustre filho.

Em termos sintéticos, torna-se corrente exclamar que D. João II era um rei empreendedor, prático, afectivo, perspicaz, irónico, justo e que valorizava

¹⁸ ANDRADE, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da Difusão, pela Europa, de Notícias dos Descobrimientos Geográficos Portugueses*, p. 112.

¹⁹ Devemos mencionar que, na óptica de Costa Ramalho, “a *oratio* de Vasco Fernandes está escrita num latim correcto, mas é estilisticamente muito inferior à de D. Garcia de Meneses, pronunciada quatro anos antes [...]” (RAMALHO, Américo da Costa, “Origem e Início do Humanismo em Portugal”, in *Para a História do Humanismo em Portugal (III)*, Lisboa, INCM, 1998, p. 33).

²⁰ Cf. COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 59.

²¹ Cf., por exemplo, RAMALHO, Américo da Costa, “Cataldo e a Expansão Portuguesa”, in *Para a História do Humanismo em Portugal (III)*, p. 37.

a ostentação no seu serviço. Importa ainda salientar, citando Luís Adão da Fonseca, a “aptidão demonstrada pelo rei para pensar todos os problemas da governação simultaneamente, encarando-os de forma articulada e procurando definir uma solução o mais coerente possível”²². Constituía, sem dúvida, uma personagem zelosa da sua autoridade régia, assim como um homem intensamente religioso, conforme é possível, por exemplo, atestar da leitura do *Cancioneiro Geral*. A descrição feita do trajecto de vida de D. João II revela alguém que “era temido dos seus com amor/ e a Deos temia com todo querer”²³. Apresentava-se, ademais, como um monarca paternalista, na medida em que se sacrificava pelo seu povo: “Tomou por divisa um pelicano, que aqui pusemos pintado, no modo que fere seu peito por dar o sangue a seus filhos. O seu moto foi «Pola Lei e pola Grei». E em tudo igualmente foi conforme”, explica Duarte Pacheco Pereira²⁴. Adite-se, de resto, que, em redor da figura do *Príncipe Perfeito*, medrou, inclusivamente, a convicção da santidade da sua pessoa, fenómeno este que, em boa verdade, tendia a colorir a família de Avis.

Ora, a extensa oração proferida por Lucena em meados da década de 80 do século XV enquadra-se no arranque de uma fase de nítida afirmação externa da grandiosidade de D. João II, depois deste último ter imposto no quadro doméstico a sua supremacia, derrubando com firmeza, sobretudo em prol da obtenção de condições que deviam permitir a acção de governar na plenitude, quer em matéria ultramarina quer, na verdade, em tudo o que exigisse o empenho do rei, algumas ameaças²⁵, inclusive conspirações, e de ter concluído em África certas proezas às quais são atribuídas um dilatado alcance e significado.

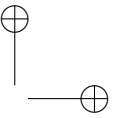
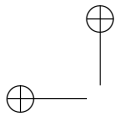
Assim, em Roma, no mês de Dezembro de 1485, Vasco Fernandes aca-

²²FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, pp. 248-249.

²³“De Diogo Brandam à morte d’el-rei Dom Joam o segundo, que é em santa gloria”, in RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, vol. II, Lisboa, INCM, 1990, p. 217.

²⁴PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, introdução e anotações históricas pelo académico de número Damião Peres, 3.ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954, pp. 166-167.

²⁵Como muito bem lembra Avelino de Freitas de Meneses, “aquando do julgamento do duque de Bragança, uma das acusações mais graves que sobre ele impende relaciona-se com a pretensa celebração de um acordo secreto com os reis de Castela, que previa a possibilidade dos espanhóis comerciarem da Guiné” (MENESES, Avelino de Freitas de, *Rumos da Expansão Quatrocentista: D. Afonso V e D. João II*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985, p. 15).



bou por prestar obediência ao santo padre Inocêncio VIII, em nome do rei D. João II. Tal como observa Fidelino de Figueiredo, a oração pronunciada é “já uma peça classica”, pois “atesta o conhecimento dos mestres da eloquencia antiga”²⁶. Figueiredo salienta ainda que o dito discurso constitui, “verdadeiramente, uma synthese interpretativa da historia de Portugal, porque a resume no que aos olhos do orador, do soberano e da opinião contemporanea parecia essencial, e porque lhe attribue um predominante sentido de evangelisação”²⁷.

Temos, por conseguinte, o *Príncipe Perfeito* a vingar “como um monarca [...] *construtor* da memória do reino”²⁸, estimando e internacionalizando vários momentos-chave do percurso histórico do País.

Compreensivelmente, dentro do referido contexto retrospectivo, a empresa expansionista só podia ocupar um lugar de destaque no relato de Lucena, até porque vinha sendo consagrada como o principal eixo da vida nacional e como o mais caro projecto de poder, apesar de determinadas adversidades. Deste modo, o orador dedica largo quinhão da sua narrativa à glorificação quer das descobertas atlânticas quer das conquistas em Marrocos, demonstrando que do processo ultramarino português resultavam assinaláveis vantagens não apenas para o Reino, mas também para a Cristandade inteira e, naturalmente, para o papado. Aliás, as palavras do embaixador joanino denunciam certos laços de complementaridade que corriam entre as duas linhas de acção que tanto enaltecia, visto que ambas não deixavam de estar ao serviço do alargamento da territorialidade católica e do enfraquecimento do poderio muçulmano, atrapalhando-o ou impedindo-o, por exemplo, de aceder à riqueza africana, um dos nervos da guerra.

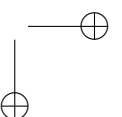
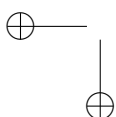
Sem surpresa, uma parte significativa do longo discurso exposto pelo mencionado literato de mérito e paladino do fortalecimento real destina-se a enfatizar a grandeza de D. João II: “Importantíssimas coisas e incríveis e quasi infinitos merecimentos eu passo em silêncio para referir os relevantíssimos serviços prestados à República Cristã e à Fé Apostólica por João II”²⁹. Ou, como alerta Manuela Mendonça, “a Roma fora levada, por Vasco Fernandes de Lucena, a obediência e submissão ao poder espiritual, dum grande mo-

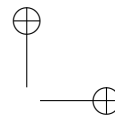
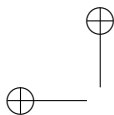
²⁶FIGUEIREDO, Fidelino de, *A Épica Portuguesa no Século XVI*, Lisboa, INCM, 1987, p. 78.

²⁷FIGUEIREDO, Fidelino de, *A Épica Portuguesa no Século XVI*, p. 78.

²⁸FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, p. 251.

²⁹In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 77.





marca a quem Deus escolhera para abrir os caminhos da cristandade aos que não conheciam a mensagem de Cristo”³⁰. E é bom recordar que o ano de 1485 corresponde, sem margem para dúvidas, ao início da fase dourada do reinado de D. João II, com o *Pelicano* a demonstrar que acreditava que o seu espaço de manobra política, diplomática e militar registaria, vindouramente, um forte crescimento, uma vez ultrapassada a difícil conjuntura interna, firmada a normalização das relações com o país vizinho e consolidado o senhorio marítimo português, em virtude da blindagem, por via de diversas iniciativas e soluções complementares, das novas rotas. Daí que a finalidade da embaixada enviada ao sumo pontífice fosse muito para além do âmbito protocolar, visando, por exemplo, “a obtenção da renovação da bula de cruzada, prioridade compreensível, dados os projectos africanos do rei”³¹.

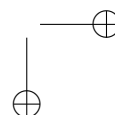
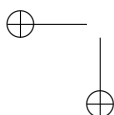
No fundo, conforme veremos oportunamente, a oração de Lucena narrava, perante o olhar atento da Igreja Católica e dos príncipes europeus, a leitura que florescia junto do círculo joanino da trajectória histórica nacional, isto é, do glorioso passado lusitano e factor de promoção do poder monárquico, e deixava uma mensagem de esperança quanto ao futuro da *Respublica Christiana*, alicerçada, desde logo, na progressão atingida pelo Reino nas diferentes frentes do Além-Mar e, paralelamente, no arcabouço efectivo e potencial, sobretudo nos campos económico e técnico, dos Portugueses, resultante do aumento da riqueza derivada da exploração insular e africana e do optimismo reinante em torno do avanço da nossa navegação em direcção ao Oriente.

Em boa verdade, uma abordagem cuidadosa ao teor da exposição feita pelo orador oficial do *Pelicano* revela não só a projecção de um fundo messiânico que acompanha o percurso português, como também a existência de um processo de «imperialização» que gradualmente vinga a partir da política e da ideologia expansionistas dos reis de Avis, designadamente desde os reinados do “sereníssimo e vitoriosíssimo” D. Afonso V³² e de D. João II, “fénix dos príncipes (sem ofensa para ninguém)” e “o rei [...] que ligou o Oriente

³⁰MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um Percorso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, p. 409.

³¹FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, p. 81.

³²Legendas (2) das tapeçarias da tomada de Arzila, in MARQUES, João Martins da Silva (ed.), *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. III (1461-1500), Lisboa, INIC, 1988, docs. 73-74, pp. 101-102, docs. 75-76, p. 103.



ao Ocidente para conveniência da Cristandade inteira”³³. Este fenómeno de «imperialização» era, parcialmente, o resultado de uma política ultramarina cada vez mais integrada e que tendia a adquirir uma dimensão que poderemos qualificar de mundial, traço de inequívoca modernidade, bem como de uma gestão económica da expansão centralizada, do adensamento técnico e de uma ideologia fomentadora de um apreciável espírito de corpo, por ser agregadora dos grandes valores que animavam a sociedade portuguesa e por estar municiada, note-se, de uma feição miraculista. A evolução lusa em apreço traduz, por conseguinte, a progressiva institucionalização do Império Português, de origem quatrocentista e inicialmente de encarnação afro-atlântica. Anuncia, igualmente, as crescentes expectativas de ligação marítima e de alastramento da influência lusíada aos mares e terras do Índico, debaixo de uma atmosfera cultural em que a preparação do triunfo definitivo à escala planetária da Igreja e do vigário de Cristo não deixa de transparecer.

É óbvio que quer o esforço de centralização e de modernização levado a cabo por reis como D. João II quer o processo expansionista fortaleceram, gradualmente, a posição privilegiada da Coroa como elemento aglutinador dos interesses dos estados, dos partidos e da Nação, isto é, robusteceu o seu papel unificador. Por outras palavras, tornou-a capaz de mobilizar as forças nacionais para a execução, através de meios diversos, instituições e utensílios apropriados, de uma política imperial em que, por exemplo, o crescimento e o desenvolvimento passavam a depender cada vez mais dos recursos exógenos/ultramarinos. Na verdade, ao longo de Quatrocentos, é importante alertar que Portugal caminhava, de forma paulatina, mas irreversível, para a forma de “Estado-Nação (pese embora o carácter muito pessoalizado do Poder e da Administração)”³⁴, obtendo, por esta via, as energias, entre outras vantagens, necessárias à concretização de um projecto/ideia de império.

Portanto, apesar de certas vicissitudes, não nos cansamos de o apontar: os

³³Carta de Cataldo a Lúcio Marineo, escrita entre 1491 e 1495, in RAMALHO, Américo da Costa, *Para a História do Humanismo em Portugal (II)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, pp. 85 e 87.

³⁴SANTOS, João Marinho dos, “Portugal e Marrocos – Da Confrontação à Cooperação”, in SANTOS, João Marinho dos, SILVA, José Manuel Azevedo e, NADIR, Mohammed, *Santa Cruz do Cabo de Gue D’Agoa de Narba. Estudo e Crónica*, Viseu, Palimage Editores e Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007, p. 52; SANTOS, João Marinho dos, “Tordesilhas e o Modelo do Império Português”, *Vértice*, n.º 63, Lisboa, Novembro-Dezembro 1994, p. 20.

factos históricos revelam que o consulado de D. João II, aqui destacado pelo nosso estudo, reuniu condições que tornaram exequível a tentativa de firmar uma organização política hegemónica sobre distintos espaços (terrestres e/ou marítimos) e várias etnias/comunidades. cremos que este dinâmico período reflecte, na perfeição, o cenário descrito pelo historiador João Marinho dos Santos, caracterizado por “um duplo aspecto: a progressiva afirmação de um poder central no seio da Nação (acabando por a reforçar) e a decisiva intervenção desse poder no exterior (impondo-se aos «outros» ou aos estrangeiros sob a forma do *império*)”³⁵.

Hieronymus Monetarius ou Münzer, que viajou pela Península Ibérica nos anos de 1494-1495³⁶, ou seja, já na fase final do reinado do *Príncipe Perfeito*, testemunhou parte deste ambiente que classificamos de favorável aos desígnios joaninos de cariz imperial. Efectivamente, numa altura em que os movimentos expansionistas português e espanhol estavam ao rubro, revelando, através da corrida à Índia, o surgimento de uma nova ordem internacional cada vez mais competitiva, talvez a vinda deste médico alemão ao mundo peninsular se explique pela missão de informar alguns governantes e mercadores

³⁵SANTOS, João Marinho dos, “Sobre a Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (Século XVI)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 26, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, Maio-Agosto 1989, p. 72.

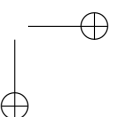
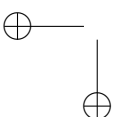
³⁶Sobre a passagem de Münzer pelo Reino de Portugal, cf. VASCONCELOS, Basílio de, “Itinerário” do Dr. Jerónimo Münzer (*Excertos*), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931; MÜNZER, Jerónimo, *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*, prólogo de Manuel Gómez-Moreno, tradução de José López Toro, Madrid, Colección Almenara, 1951; CASTELO BRANCO, Maria dos Remédios, “Portugal nos Finais do Século XV visto por Münzer”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. IV, *Sociedade, Cultura e Mentalidades na Época do “Cancioneiro Geral”*, Porto, Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 285-299; FONSECA, João Abel da, “D. João II e a Viagem a Portugal do Dr. Jerónimo Münzer”, in *D. João II: o Mar e o Universalismo Lusitano. Actas do III Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2000, pp. 91-99; MATOS, Luís de, *L’Expansion Portugaise dans la Littérature Latine de la Renaissance*, pp. 133-138; FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, “Monetário (Münzer), Dr. Jerónimo”, in SERRÃO, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, pp. 333-334; MARQUES, Alfredo Pinheiro, “Monetário, Jerónimo”, in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, p. 759; OLIVEIRA, Aurélio de, “O Portugal das Descobertas no Testemunho dos Estrangeiros (1400-1500)”, in *La Caravelle Portoghese Sulle Vie delle Indie*, Le Cronache di Scoperta fra Realtà e Letteratura atti del Convegno Internazionale, Milano 3-4-5 Dicembre 1990, Roma, Bulzoni Editore, 1993, pp. 125-138.

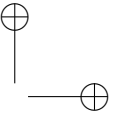


do Norte da Europa sobre o real ponto da situação. Neste contexto, o nosso viajante estaria certamente incumbido de averiguar o poderio económico-militar dos dois rivais ibéricos e se era suficiente para vir a controlar o negócio das especiarias asiáticas. Disto isto, por ocasião da sua visita à Casa da Mina e a arsenais da capital, apercebeu-se, face à abundância de materiais aí reunidos, do elevado potencial bélico-naval do Reino Português, largamente alimentado pela vitalidade económica proveniente do ouro africano, sem dúvida o grande nervo da ligação entre Lisboa e a Fortaleza de São Jorge da Mina e, portanto, artigo com um papel decisivo na política mercantil lusíada e na circulação monetária europeia. Numa passagem sobre o que viu, este homem de cultura descreve o seguinte: “Vimos também uma enorme ferraria com muitos fornos, onde se fazem âncoras, colubrinas, etc., e tudo o que diz respeito ao mar. Eram tantos os trabalhadores negros junto dos fornos que nos poderíamos supor entre os Ciclopes no antro de Vulcano. Depois vimos noutras quatro casas inúmeras colubrinas muito grandes e lindíssimas, e também armas de arremêso, escudos, couraças, morteiros, espingardas, arcos, lanças, tudo muito bem fabricado e em enorme abundância, sem falar do que em tôda a parte, por êsses mares fora, se encontra espalhado pelos navios. Em comparação disto nada é o material de Nuremberg. Que enormes quantidades de chumbo, cobre, salitre e enxôfre! De tudo isso chegou uma quantidade extraordinária; nem admira, porque a Etiópia fornece muito ouro, e o rei é um homem de costumes lhanos, nada pródigo, e sabe tirar proveito de tudo. Do comércio marítimo deve êle tirar anualmente um lucro incrível”³⁷.

Ora, os impérios são, em avultada medida, forjados pela guerra. Por consequência, é fundamental um bom provimento em armas e, neste capítulo, Portugal até apresentava vantagem na comparação feita por Münzer com outro conhecido arsenal europeu, o de Nuremberga. De facto, é conveniente precisar que o emergente Império Português radicava no poder de conquistar, assim como na capacidade de assenhorear os mares, inclusive dominando-os tecnicamente, de descobrir terras e de comerciar.

³⁷In VASCONCELOS, Basílio de, *“Itinerário” do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*, pp. 27-28.





Capítulo 2

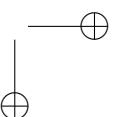
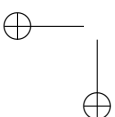
A ascensão de uma potência oceânica

Como é facilmente verificável, a determinação e os meios colocados por D. João II e pelos Portugueses no movimento de exploração marítima não passavam despercebidos aos estrangeiros. Assim, por exemplo, na relação produzida em torno da viagem do nobre Nicolau de Popielovo, aventureiro que percorreu o Reino em 1484, é dito que “El rey tiene constantemente su gente en el mar para buscar más islãs”³⁸.

Com o avanço dos Descobrimentos e do processo expansionista durante o século XV, sucede o alargamento dos domínios da Coroa portuguesa e, por consequência, o estabelecimento de instituições administrativas, bem como o adicionamento de novas referências territoriais ao título régio. O achamento de importantes riquezas, entre outros factores, contribui para que o recinto afro-atlântico exerça uma crescente atracção entre os Portugueses.

Precisamente, ao olhar para um dos maiores protagonistas da aventura ultramarina lusitana, C. R. Boxer sublinha que “D. João II, o Príncipe Perfeito, era um imperialista entusiástico e de vistas largas, que tinha uma verdadeira paixão por África e pelos seus produtos – fossem eles de natureza humana,

³⁸In GARCÍA MERCADAL, J., *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, vol. I, s.l., Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1999, p. 293.



animal, vegetal ou mineral”³⁹. Por seu turno, Luís Filipe Thomaz fala em “projecto imperial joanino”, expondo, diga-se, interessantes argumentos a favor do seu florescimento e verbalizando que o rei de Portugal acabou por se tornar, “de facto senão de título, imperador, no sentido medieval do termo, ou seja, «rei de reis»: rei de reis mouros, pela sujeição ao pagamento de páreas, rei de reis cristianizados por laços de apadrinhamento e parentesco espiritual, escondendo uma vassalagem larvada”⁴⁰. Também o premiado Professor de Coimbra João Marinhos dos Santos adverte que “D. João II se converteu em rei de reis, em protector de gentes indefesas e desavindas em reinos (como os do Norte de África) aonde poderiam chegar as armas dos portugueses e a autoridade do seu soberano”⁴¹.

Realmente, D. João II, sem abandonar por completo a tradição medieval e cultivando crescentes apontamentos de modernidade (a título exemplificativo, veja-se o seu intento para obter a formação de clero negro), impulsionou uma política ultramarina que favoreceu o desenvolvimento de um conjunto de movimentações que ajudaram a esculpir um Império. Do nosso ponto de vista, este último assumia, na época, uma fisionomia marcadamente marítima (o mar era o cimento unificador), insular e africana. Ou seja, nesta entidade em construção, destacavam-se parcelas do Atlântico rasgadas por valiosas linhas de comunicação, vários arquipélagos, um grupo de praças marroquinas, feitorias, resgates e áreas de pesca na África, bem como territórios (repare-se no Congo) sujeitos a uma espécie de colonização/protectorado civilizacional e, por conseguinte, tendencialmente transformados, pelo menos em alguns domínios, numa réplica do Reino⁴².

³⁹BOXER, C. R., *O Império Marítimo Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, d.l. 1992, p. 46.

⁴⁰THOMAZ, Luís Filipe F. R., “O Projecto Imperial Joanino (Tentativa de Interpretação Global da Política Ultramarina de João II)”, in *De Ceuta a Timor*, Linda-a-Velha, DIFEL, 1994, pp. 149 e 166.

⁴¹SANTOS, João Marinho dos, “Portugal e Marrocos – Da Confrontação à Cooperação”, in SANTOS, João Marinho dos, SILVA, José Manuel Azevedo e, NADIR, Mohammed, *Santa Cruz do Cabo de Gue D’Agoa de Narba. Estudo e Crónica*, p. 54.

⁴²A este respeito, como muito bem sintetiza Maria de Lurdes Rosa, “estão estudadas as diversas formas «objectivas» de que se socorreram os reis D. João II e D. Manuel (com o filho deste a completar-lhe as iniciativas) para estabelecer no Congo um reino cristão de raiz, com uma organização político-administrativa e uma estrutura religiosa em tudo semelhantes à da corte e igreja portuguesas. Nestes dois reinados, foram enviadas várias embaixadas, munidas de instruções minuciosas e de grandes quantidades de material e de pessoal diverso, dos livros



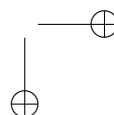
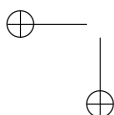
Beneficiando de uma percepção em contínuo aperfeiçoamento e quase global do Orbe, em que o próprio sertão africano não escapou ao interesse régio, sendo objecto de intentos de penetração⁴³, bem como de um arsenal de técnicas decisivas, sobretudo nos campos da construção naval, da navegação, da cartografia, da artilharia naval e da montagem de fortalezas, o *Príncipe Perfeito* acabou por actuar simultaneamente em diversos terrenos, os quais, face à sua interconexão, não se podem entender isoladamente.

Por outros termos, o rei empenhou-se em conectar estreitamente o universo afro-atlântico com os complexos geo-históricos do Mediterrâneo e da Europa Setentrional, por razões de escoamento dos excedentes e de obtenção de capitais. De igual modo, num cenário em que a empresa expansionista triunfa claramente como o principal eixo da vida nacional e como o mais caro projecto de poder, logo com óbvios resultados na dilatação do poderio do Estado português, temos o incremento de um programa de modernização militar da marinha por via do usufruto de novos inventos mecânicos (basta recordar o sugestivo capítulo de Garcia de Resende intitulado “De como el Rey em Setuuel inuentou, e achou em carauellas e nauios pequenos trazer bombardas grossas”⁴⁴, demonstrativo da combinação entre a agilidade de movimento do

aos recursos humanos, quase «kits de bricolage» destinados a criar ex-novo um reino luso em terras de África. Após alguma estabilização, seguem-se os *regimentos* destinados ao funcionamento das novas instituições que se esperava terem sido entretanto criadas: corte, tribunais, escolas, estruturas eclesásticas. Ao mesmo tempo, o acolhimento em Lisboa de jovens da família real e nobreza, bem como uma intensa correspondência com o Rei do Congo, tentam cimentar laços mais pessoais e familiares, além disso reforçados através do parentesco artificial do apadrinhamento” (ROSA, Maria de Lurdes, “Velhos, Novos e Mutáveis Sagrados... Um Olhar Antropológico sobre Formas «Religiosas» de Percepção e Interpretação da Conquista Africana (1415-1521)”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 18, Lisboa, 2006, p. 19).

⁴³“Na verdade, acicatado pelo resgate do ouro e pelo sonho de encontrar o mítico Preste João e as Índias, D. João II protagonizou, a nível de Estado, a primeira tentativa europeia de penetração e conhecimento do interior africano”, afirma António Borges Coelho (COELHO, António Borges, *Largada das Naus (1385-1500)*. *História de Portugal*, vol. III, Alfragide, Caminho, 2011, p. 220).

⁴⁴RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. CLXXXI, p. 255. Recordemos um trecho bastante emblemático: “Porque el Rey sempre cuydava nas cousas que compriam a bem de seus Reynos, e a defençam, e guarda delles, e via que pera guardar o estreito de nauios de mouros, e a costa de cossarios, se despendia muyto nas armadas de grandes naos, que pera isso mandava armar, como era engenhoso em todos os officios, e sabia muyto em artelharias, cuydando muyto nisso, por melhor guardar sua costa com mais seguridade e menos despesas, aquy em Setuuel, com muytos esprimentos que fez, achou e ordenou em pequenas



navio e o moderno poder de fogo da artilharia europeia)⁴⁵; o desenvolvimento

carauellas andarem muyto grandes bombardas, e tirarem tam rasteiras que hiam tocando na agoa, e elle foy o primeiro que isto inuentou. E poucas carauellas destes grandes rios fazem amainar muytas naos grossas, porque ate entam não andauam no mar tiros grossos. E ellas com elles, e por serem muyto ligeiras, e pequenas, que as naos grossas lhe não podiam fazer nojo com seus tiros, foram tam temidas no mar as carauellas de Portugal muyto tempo, que nenhuns nauios por grandes que fossem as ousaram esperar, ate que se soube a maneira em que traziam os ditos tiros, e se trouxeram depois como agora trazem geralmente em todas partes, o que dantes não era, e el Rey foy o primeiro que o inuentou” (RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. CLXXXI, pp. 255-256). O tiro dito raso rasgava, ao lume de água, o casco das embarcações inimigas, alagando-as e afundando-as. Aponte-se também o esclarecedor episódio referente ao fabrico de um navio que mais parecia uma «fortaleza móvel», pois “mandou el Rey fazer huma nao de mil toneis, a mais forte, e melhor acabada, e a mayor, que nunca ate entam fora vista, de tam grossa, forte, e basta liança, e tam grosso tauoado, que a artilharia a não podia passar, e tinha tantas bombardas grossas, e outras artilharias, que foy muyto fallado nella em muytas partes” (RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. CXLVII, p. 214). A sua existência representa o alto nível tecnológico atingido pelo País em termos militares e revela “a nossa capacidade e disposição para construir um Império” (SANTOS, João Marinho dos, *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (Séculos XV e XVI)*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 150). Confirma, no fundo, o interesse régio em desenvolver o poder bélico nacional, no sentido de fazê-lo alcançar uma posição de topo entre as nações, o que não deixa de constituir uma característica usual das potências com francas aspirações hegemónicas. De facto, os Portugueses ocupavam uma posição dianteira no que concerne à revolução militar que, por essa época, tingia várias regiões da Europa. Acima de tudo, Portugal colocava-se na vanguarda da artilharia naval, compreendendo, com notável precocidade, o alcance do poder dissuasor e mortífero dessa nova arma a bordo dos navios. Tratava-se, naquela altura, de uma apreciável vantagem, pois, tal como lembra Michael Howard, “[...] o canhão era apenas um elemento no desenvolvimento da guerra terrestre durante o Renascimento e de modo nenhum o mais importante. Mas no desenvolvimento da guerra marítima era central” (HOWARD, Michael, *A Guerra na História da Europa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997, p. 55). Cf., ainda, KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, Lisboa, Tinta-da-China, 2006, pp. 436-443; CIPOLLA, Carlo M., *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)*, Lisboa, Gradiva, 1989; RUBIM, Nuno José Varela, *D. João II e o Artilhamento das Caravelas de Guarda-Costas. O Tiro de Ricochete Naval*, sep. da *Revista de Artilharia*, 1990; BAËNA, Miguel Sanches de, “A Artilharia Moderna”, in MOREIRA, Rafael (dir.), *Portugal no Mundo. História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 73-90.

⁴⁵Padece de ingenuidade todo aquele que acredita que o armamento e outros equipamentos afins são desenvolvidos sem que haja a determinação de utilizá-los. Ora, consciente de que o exercício da guerra deve ser cuidadosamente preparado, o prudente rei D. João II só podia sentir, entre outros desafios, a necessidade de condensar esforços para o fomento da produção de pólvora e o fabrico de canhões de ferro forjado. O monarca tratou também de apoiar a



do regime de protectorado e do sistema das páreas, reflexo do imperialismo português, de raiz peninsular, no Norte de África (as atenções portuguesas incidiram nas cidades mouras de Safim, com o rei luso a confirmar a suserania sobre este território, e Azamor), antevendo o domínio de todo o litoral marroquino; a colonização de espaços insulares (como as ilhas de São Tomé e Príncipe, neste caso específico com fundamento da navegação da Índia) e sua dinamização multifuncional (territórios de plantação, elos de ligação, mercados de revenda...); a promoção/aceitação de expedições ao Atlântico Ocidental em busca de “ilhas novas” e de “Terra Firme”, esclarecendo a sua relação com a Ásia; a obsessão de entrar em contacto com o mítico Preste João (objectivo que se enquadra ainda no antigo espírito de cruzada) e com ele firmar uma aliança contra o inimigo absoluto, o Muçulmano, em nome da expectativa de impor por toda a África e no Mediterrâneo o domínio cristão, alimentando, desta feita, a planetarização da Fé em Cristo; os esforços de definição e concretização do acesso marítimo à Índia através da organização de empenhadas expedições de perscrutação da costa do Continente Negro; a edificação do estratégico Castelo de São Jorge da Mina em 1482, base de apoio para as trocas comerciais, com vista a atrair o precioso metal amarelo, e para o abastecimento das navegações com destino ao Sul; quatro anos depois, a concessão a São Jorge do estatuto de cidade; o envio à Guiné de José Vizinho, de maneira a conhecer a altura do Sol em toda esta zona; o fomento de mais

criação da fundição de artilharia de bronze no País. E não menos significativo foi o seu papel pioneiro em termos de resoluções adoptadas para uma protecção séria aos técnicos de fogo e respectivos familiares (cf. SANTOS, Nuno Valdez dos, “Artilharia e Artilheiros do Mar”, *Oceanos*, n.º 38, *Navios e Navegações. Portugal e o Mar*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Abril/Junho de 1999, pp. 130-147). O *Príncipe Perfeito* viu também com bons olhos o recrutamento de soldados estrangeiros qualificados para o serviço militar naval, conforme se pode atestar pela carta, datada de 1489, de poderes e jurisdição a mestre Hans, capitão dos 35 bombardeiros do mar, da nómima (cf. carta de poderes e jurisdição a mestre Hans, de 12 de Novembro de 1489, in MARQUES, João Martins da Silva (ed.), *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. III, doc. 239, pp. 357-358). Outro tanto se deve inferir do testemunho de Münzer, que relata um encontro com uma divisão de 30 bombardeiros alemães sob o comando de Georg Piet vom Atzmaus: “[...] entramos na nau Rainha [...]. Foram alistados para ela 30 bombardeiros, todos alemães, cujo capitão era Gregório Piet, de Atzmaus, vila acima de Feldkirch, cerca de Salgans, homem de bem e muito estimado pelo Rei” (VASCONCELOS, Basílio de, “Itinerário” do Dr. Jerónimo Münzer (*Excertos*), p. 24). Desenhava-se, assim, a dependência do Reino de artilheiros vindos de fora.



eficientes estruturas de gestão do monopólio régio, a partir da Casa da Mina e Tratos da Guiné; a implantação de feitorias na costa de África (Ugató) e até no seu interior (Uadam)⁴⁶; a evangelização pacífica no Congo e noutros recintos, tornando-os, de certo modo, “estados-satélites unidos a Portugal por uma religião comum”⁴⁷; a recolha de informações no Oriente, por via terrestre; o investimento em agentes de espionagem; a manutenção de relações estreitas com Roma, desde logo em favor da protecção do monopólio português para os mares do sul; a sustentação diplomática dos direitos ultramarinos lusíadas face à cobiça castelhana (veja-se o Tratado de Tordesilhas), inglesa e francesa⁴⁸ e o desígnio de concretizar a unidade peninsular em pé de igualdade com a Espanha ou mesmo sob o predomínio nacional, manejando o hipotético ascendente teórico do príncipe D. Afonso, enquanto elemento do sexo masculino.

Ainda vários destes acontecimentos não tinham sucedido quando Vasco Fernandes difunde em Roma a ideia de que Portugal formava uma potência em clara ascensão, noção essa que, em rigor, já prosperava noutros relatos, como, por exemplo, no discurso proferido pelo bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, perante o papa Sisto IV, em 1481⁴⁹. Com efeito, na tese defendida por Meneses, o Reino de Portugal aparece a operar, no concerto das nações

⁴⁶Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2.^a ed. (1.^a na Dom Quixote), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2008, pp. 335, 345-346.

⁴⁷COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. João II e a Cristianização de África”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. I, *D. João II e a Política Quatrocentista*, p. 411. Para um enquadramento mais geral da temática missionária, cf. SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Acção Missionária dos Portugueses na África Ocidental (Séc. XV-XVII)*, Coimbra, 1987.

⁴⁸Em relação à Inglaterra, cf. VARELA, Consuelo, *Ingleses en España y Portugal – 1480-1515. Aristócratas, Mercaderes e Impostores*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 39-53; *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas*, t. XIV, Paris, 1853, p. 229, cit. in SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, p. 77. Por razões mais ou menos idênticas, a França também desencadeou o cuidado diplomático do *Príncipe Perfeito*. Entre outras fontes, cf. carta de notificação geral de paz e amizade entre os reis de Portugal e os de França, de 29 de Dezembro de 1485, in ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 166, p. 353.

⁴⁹Cf. LUÍS, Alexandre António da Costa, “Uma Potência em Ascensão: Portugal à luz do discurso proferido por D. Garcia de Meneses perante o Papa Sisto IV (1481)”, in BARATA, André, PEREIRA, António Santos e CARVALHEIRO, José Ricardo (org.), *Representações da Portugalidade*, Alfragide, Caminho, 2011, pp. 243-263.



cristãs, como o melhor braço armado da Igreja: “[...] ofereço-vos Afonso, rei dos Lusitanos e o príncipe seu filho, dois baluartes firmíssimos contra o gentio, de tal modo preparados para todas as guerras contra os infiéis, de tal modo nelas exercitados e experientes, que entre todos os príncipes cristãos há muito se não encontra alguém que, já não digo, os vença ou iguale, mas que ao menos os imite. Outros, atacados pelos infiéis, ao guardarem-se a si e aos seus domínios, querem, todavia, ser tidos por honestos e corajosos; a maior parte não pode sequer aguentar as armas dos infiéis. Estes, porém, assentes e quietos longe das ofensas de todos os infiéis, fazem aos bárbaros todos os dias nova guerra, estabelecem novo reino, ganham novos e não usuais triunfos”⁵⁰.

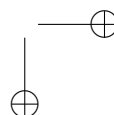
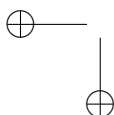
Percebe-se que a oração do bispo de Évora, ao enfatizar a postura guerreira evidenciada pelo monarca luso, bem distinta da atitude apática cultivada por muitos príncipes católicos, promovia a imagem de D. Afonso V como campeão no combate contra o Islão, reflectindo e contribuindo, assim, para uma atmosfera cultural interna cada vez mais propícia ao enraizamento de marcas messiânicas relativas à acção da Coroa portuguesa que ajudam, em abono da verdade, a captar a coerência e a intencionalidade de certos passos.

É visível que, no começo da década de 1480, Portugal não só era o protagonista europeu na guerra de África, fruto do legado oriundo de iniciativas como a tomada de Arzila e a ocupação de Tânger em 1471, como também constituía a principal potência oceânica da Cristandade Latina. O Reino podia, entre outros aspectos, orgulhar-se dos sucessos alcançados no mar durante o conflito luso-castelhano de 1475-1479, quando revelou, sem rodeios e contemplanções, a sua superioridade naval sobre o velho concorrente, ao ser capaz, graças às caravelas bastante ligeiras e armadas com bombardas grossas⁵¹, de neutralizar um elevado número de embarcações inimigas mobilizadas para as águas tropicais. Tomemos como exemplo o caso da grande expedição castelhano-aragonesa, composta por 35 navios e comandada por Pedro Covides, que saiu de Sevilha em 1478 com destino à Costa do Ouro e que foi capturada pelas forças navais lusas de Jorge Correia e Mem Palha⁵². Justa-

⁵⁰In RAMALHO, Américo da Costa, *Latim Renascentista em Portugal (Antologia)*, Coimbra, INIC e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 14-15.

⁵¹Cf. MONTEIRO, Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. I (1139-1521), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989, pp. 69-71.

⁵²Cf., entre outros, COUTO, Jorge, “Comércio com África I – Costa Ocidental”, in ALBU-



mente, consciente das dificuldades que enfrentava, “em 1479 encetou Castela a prática de organizar em combóios os navios que se dirigiam aos portos africanos”, recorda Damião Peres⁵³.

Posto isto, se é certo que, no rescaldo das hostilidades, Portugal não emergia como o reino “unificador” da maior parte da Hispânia, pois esse papel fica reservado a Castela, aparecia, no entanto, como o magno senhor do Atlântico africano, cioso de preservar o domínio das rotas traçadas, cuja vigilância era crucial para o futuro do País, uma vez que a estratégia de crescimento económico nacional dependia cada vez mais do acesso às riquezas exógenas.

Como é sabido, para o bom desempenho marítimo do Reino, muito contribuiu o esforço de reordenamento da legislação concernente à navegação no Atlântico, apoiando-se quer nas bulas pontifícias quer nos costumes lusos. Assim, por meio da lei de 31 de Agosto de 1474, fixava-se a pena de morte e de confisco dos bens para aqueles que se atreviam a violar o monopólio da Coroa a sul do Cabo Bojador⁵⁴. De igual modo, importa reportar o facto do príncipe D. João ter recebido, nesse ano, a direcção “dos ffectos das partes de Guinee e emvestigaçom dos mares terras jentes e coussas delas”⁵⁵, tal como é possível ler, a esse respeito, num dos diplomas. Ou seja, “a descoberta e sua exploração são integralmente colocadas sob o controle direto da Coroa portuguesa”, salienta o historiador Pierre Chaunu, que se atreve a ir mais longe nas suas considerações, afirmando que “1474 assinala [...] o ponto de par-

QUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 264; PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 3.^a ed., Porto, Vertente, 1983, pp. 194-195; GÓIS, Damião de, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1905, cap. CIII, p. 268.

⁵³PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 195.

⁵⁴Cf. ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 90, pp. 202-203. Urge acrescentar que, na época, a aposta no incremento da fortaleza naval portuguesa passava também pela nossa capacidade de transporte. Assim, sabe-se, por intermédio de uma carta de 4 de Novembro de 1474, situada, portanto, no tempo em que o príncipe D. João passou a assumir a direcção dos feitos da Guiné, que o rei D. Afonso V decidiu atribuir prémios, isenções e privilégios de grande envergadura a todos os naturais do País que, dentro de 10 anos completos, construísem naus de mais de cem tonéis sob o primeiro tilhado (cf. MARQUES, João Martins da Silva (ed.), *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. III, doc. 117, pp. 156-157; COELHO, António Borges, *Largada das Naus (1385-1500). História de Portugal*, vol. III, p. 244).

⁵⁵ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 128, p. 272.

tida do Império português”⁵⁶. Usando uma imagem anatómica, digamos que datam de então os primeiros “batimentos cardíacos” do Império, conforme já tivemos a oportunidade de explicitar noutros trabalhos⁵⁷.

Também se pode sustentar que, até à sua ascensão ao trono, o príncipe D. João concretizou, em larga medida, o seu estágio político como titular de uma espécie de donataria marítima de fronteira. De resto, atendendo ao seu sólido desempenho nessa missão durante o conflito atlântico com Castela, D. Afonso V não se esquece de elogiar a competência do filho, reconhecendo, em carta régia de 4 de Maio de 1481, que dava “muy booa ordem aa negociaçom destes tractos e os governa muy bem”⁵⁸. Aliás, por intermédio deste mesmo documento, que confirma doações anteriores, o *Rei Africano* procura expor, com toda a evidência, que a monarquia portuguesa era adepta do alargamento do raio de acção da “Guerra”, da “Justiça” e da “Fazenda”⁵⁹, funções habituais do governo régio, até à distante periferia da costa ocidental africana, apostando assim, em virtude do cenário de competição crescente, em três linhas de força erguidas a sustentáculos do *mare clausum*, em volta do qual gira o nascente Império Português quatrocentista⁶⁰: “[...] guerra por que muitas vezes he necessario de se estes traotos defemderem per armas fazendo armadas contra os que a eles querem hir e em elles sem licemça resgatar justiça por que aquelles que comtra as leix fectas pera boom rregimento e sostimeento

⁵⁶CHAUNU, Pierre, *Conquista e Exploração dos Novos Mundos (Século XVI)*, São Paulo, Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984, p. 239.

⁵⁷LUÍS, Alexandre António da Costa, *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*, p. 13; LUÍS, Alexandre António da Costa, “Uma Potência em Ascensão: Portugal à luz do discurso proferido por D. Garcia de Meneses perante o Papa Sisto IV (1481)”, p. 243.

⁵⁸ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 128, p. 273.

⁵⁹ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 128, p. 272.

⁶⁰Como podemos facilmente perceber, esta matéria despertou, de igual modo, a curiosidade de outros estudiosos. Cf. OLIVEIRA, Aurélio de, “Destinos do Império: da construção ao apogeu e à decadência”, in *Janus 99-2000. Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, p. 60; OLIVEIRA, Aurélio de, *Nos Caminhos do Atlântico (1400-1500)*, Braga, 1999, pp. 97-99. Num passado um pouco mais distante, também Damião Peres conferiu alguma relevância à análise da “Guerra”, “Justiça” e “Fazenda”, três aspectos assumidos pela manutenção do exclusivo luso no Atlântico (cf. PERES, Damião, *História dos Descobrimientos Portugueses*, p. 119).

dos dictos tractos vão ajam de seer pugnidos per justiça fazemda por que dos dictos tractos se ha renda e proueito ao quall se deue dar ordem per que se comserue e acreceme”⁶¹.

D. Afonso V, injustamente avaliado em várias obras como um mero reicavaleiro, soube, na verdade, contar com a perícia natural do príncipe-herdeiro para a política, a diplomacia e o comércio. Por seu turno, o futuro soberano também soube tirar partido da política “centralizadora” e “absolutista” do pai a sul do Bojador⁶². Aliás, a passagem à forma escrita em 1481 da doação do senhorio da Guiné a D. João significou que, internamente, a posição de desacordo de certos sectores havia perdido mais um assalto.

A comprovar igualmente a hegemonia ultramarina portuguesa, temos o Tratado de Alcáçovas de 1479, ratificado pelos *Reis Católicos* no ano seguinte em Toledo, ao qual Sisto IV concedeu a chancela papal e valor universal por meio da bula *Aeterni Regis clementia*, de 21 de Junho de 1481⁶³, reiterando ainda as vantagens de 1455 e 1456⁶⁴. Aliás, Vitorino Magalhães Godinho menciona que o Tratado de Alcáçovas “vem esclarecer as causas e motivações que desencadearam a guerra de sucessão e marcaram o seu desenrolar. Momento culminante na configuração da Península e nas opções que se põem aos seus povos e construções político-sociais. Define Portugal, e traduz a aceitação dessa definição pelas outras entidades soberanas na Península”⁶⁵. Concretamente, através do instrumento diplomático de 1479, Portugal desis-

⁶¹ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 128, p. 272. Do nosso ponto de vista, acabarão por preparar o vindouro manuseamento de outros três conceitos operativos ou programáticos, “Conquista”, “Navegação” e “Comércio”, pilares quincentistas da instalação do Império no Oriente.

⁶²Para qualificar essa política afonsina e distingui-la da que era praticada no Reino, João Paulo Oliveira e Costa utiliza as palavras “centralizadora” e “absolutista” (COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II”, in *D. João II: o Mar e o Universalismo Lusíada. Actas do III Simpósio de História Marítima*, p. 52).

⁶³ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 129, pp. 275-284.

⁶⁴Cf. LUÍS, Alexandre António da Costa, “O Papado Perante a Expansão Portuguesa: o significado político da bula *Romanus Pontifex* (1455)”, in ROSA, José Maria Silva (org.), *Da Autonomia do Político: entre a Idade Média e a Modernidade*, Lisboa, Documenta, com o apoio da FCT, 2012, pp. 269-288.

⁶⁵GODINHO, Vitorino Magalhães, *Portugal: a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, Lisboa, Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 114.



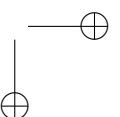
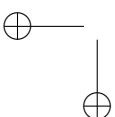
tia oficialmente das “yslas de Canaria ganadas e por ganar”, que serviram de moeda de troca, e ficava com os arquipélagos da Madeira e dos Açores e com a conquista de Fez, cabendo-lhe, ademais, o descoberto e o que viesse a ser descoberto a partir do arquipélago canário “pera baxo contra Guínea”⁶⁶. Promovia-se, deste modo, a abertura do Atlântico Sul aos Portugueses sem qualquer discussão por parte da Espanha, num contexto em que também a feitura de um novo circuito para o comércio das especiarias asiáticas estaria no centro das atenções lusíadas.

Na realidade, devemos explicitar que o Mar Oceano tendia, paulatinamente, a ser pensado e avaliado não tanto como uma rota, mas como um espaço de alargamento da navegação portuguesa. A sua descoberta, medição e organização estavam ao alcance de um dispositivo de técnicas em notório desenvolvimento, com relevo para o contributo decisivo da navegação astronómica ao longo das décadas de 1480 e 1490.

Escudando-se no Tratado de Alcáçovas e na experiência adquirida, os governantes portugueses resolveram, de imediato, aprofundar, com vigor, a aplicação de medidas de extrema severidade contra os violadores dos nossos domínios. Veja-se, fundamentalmente, o teor da carta datada de 6 de Abril de 1480, assinada por D. Afonso V. No seu esforço de sistematização, o rei determinava o seguinte: “[...] aos capitães que pello tempo forem enviados pelo Primcepe meu filho etc. aa dita Guínea que achamdo elles quaeesquer caravellas ou navios de quallquer jente d’Espanha ou doutro quallquer que seja ou ser possa de hida ou vinda ir ou viinr pera a dita Guínea ou estar em ella per quallquer maneira que seja aallem das marcas que pello asseemto da capitollaçom das pazes fectas amtre os dictos nossos rregnos e os de Castella sam apomtadas e decclaradas as quaees marcas e termos sam das Canarias pera baixo e adiante contra Guínea que tamto que os taees forem tomados sem outra mais ordem nem fegura de juizo possam logo todos ser e sejam [os tripulantes] deytados ao mar pera que mouram logo naturallmente e nom sejam trazidos a estes rregnos nem a outras allgũas partes por que a elles seja pena por atemtarem e quererem fazer hũa coussa tam defessa e vedada”⁶⁷. Portanto, na sequência dos “trautos de Guínee rresgates e minas do ouro e ne-

⁶⁶Cf. ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 111, pp. 244-246.

⁶⁷ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 115, p. 253.



gociação que diretamente a estes regnos soamente pertence e a outros nom se defemder e goardar e comservar segundo que compre a hũa coussa tam gramde e de tamta sustancia estima e vallor”⁶⁸, actos tão violentos, cruéis e dotados de cobertura legal como os prescritos em 1480 visavam nitidamente provocar o medo entre os rivais e, por conseguinte, a sua desistência. É, pois, perceptível que este valioso documento expõe a filosofia draconiana, agressiva e musculada, direccionada para a salvaguarda intransigente do Ultramar português, que tendia a inspirar cada vez mais a política dos responsáveis máximos nacionais. Demonstrava-se que o rei de Portugal e o seu herdeiro não reconheciam superior nas coisas temporais, reinando, deste modo, com poder imperial sobre as amplas águas atlânticas do Além-Mar, vedando, portanto, à concorrência o trilho da Guiné e da Ásia. Na prática, o Atlântico, mesmo sem estar totalmente desvendado, era como que territorializado e apresentado como um mar quase exclusivamente português (*Mare Nostrum*), correspondendo o elemento aquático ao grosso do emergente corpo imperial lusitana e com efeitos na diluição da descontinuidade terrestre. Enfim, o processo iniciado em 1443, com a entrega ao *Navegador* do monopólio da navegação e comércio para lá do Cabo Bojador⁶⁹, registava mais um momento-chave, fornecendo maior clarificação à doutrina do *mare clausum*. Por isso, sem surpresa, todos os infractores, fossem cristãos ou não-cristãos, seriam prontamente perseguidos, conforme reforça o *Príncipe Perfeito*, já na qualidade de monarca, a 3 de Outubro de 1483, ao referir-se, sem subterfúgios, aos “Jmigos fījēes ou Jnfījēes”⁷⁰.

De igual forma, através de D. João II, prospera a fórmula de poder assente no envio de armadas cada vez mais poderosas a África, impondo, consequentemente, junto dos povos nativos do Continente Negro uma imagem de grandeza, de força e de autoridade, a qual favorecia o alargamento da área de influência dos Portugueses, na medida em que o País, enquanto potência marítima, demonstrava que estava habilitado a interferir no equilíbrio estra-

⁶⁸ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 115, p. 253.

⁶⁹Cf. ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 1, pp. 23-24.

⁷⁰Carta de mercê de almirante do Reino, com a declaração dos respectivos poderes e jurisdição, a Pero de Albuquerque, in MARQUES, João Martins da Silva (ed.), *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. III, doc. 178, p. 271.



tégico e político dos potentados do litoral atlântico africano. É que, antes da entrada em cena do *Príncipe Perfeito*, os autóctones estavam “costumádos ver sómente hum ou dous nauios em seus pórtos, em que ya gente do már proue e mal roupáda”⁷¹. Assim sendo, nota João de Barros, não admira que tivessem “pequena opiniam do estado del rey, posto que os linguas lhe dissessem o que auia cá no regno”⁷². Mas, a partir da intervenção joanina (em rigor, desde 1474, quando passou a dirigir a política atlântica, e dos anos imediatos pautados pela guerra luso-castelhana que atinge as próprias águas tropicais), Portugal sentiu a inevitabilidade de movimentar crescentemente um conjunto apreciável de navios, homens, armas, mantimentos e dinheiro por longínquas regiões, robustecendo, portanto, a sua presença política na fachada atlântica do Continente Africano, com as consequências económicas, culturais e religiosas que conhecemos. Ou seja, não raramente, a costa ocidental africana passou a ser abordada por grandiosas armadas que acabaram, necessariamente, por conduzir a população local a rever a sua avaliação sobre os Portugueses: “Porem quando elles viram tantos nauios, tanta e tam luzida gente, e tamanho aparato de guerra como foy naquella armada: assy os espantou, que de huñs em outros per todo aquelle Guiné correo aquella fama, com que aleuantáram mais estima a cerca da amizade del rey. E como os mais delles andáuam em grãdes contēdas e guerras entre sy, vêdo que el rey sómente pera restituçam de Bemoij mandáua tam gróssa armada, sem da parte delle Bemoij auer mais méritos ante elle que o bom despacho dos seus nauios, quando vinham ao resgáte: mouidos de seu jnteresse com fundamento de poderem achar em el rey outra tal ajuda se lhe necessaria fosse, ou com temor de o anojare, comecáram todos cada hũ em seu módo a quem o faria melhór no despacho dos nauios, e enuiar presentes e recádos a el rey de grãdes offértas. Dõde procedeo auer tanta entráda naquella térra, que começou el rey já mais segurámente per seus mensajeiros mandar recádos aos mayóres principes della: e entreuir em os negócios e guérras que huñs cõ os outros traziã como amigo conhecido e estimádo delles”⁷³. No fundo, conscientes do poderio luso, vários chefes locais olhavam com agrado para o estabelecimento de uma aliança com Portugal⁷⁴.

⁷¹BARROS, João de, *Ásia. Primeira Década*, Lisboa, INCM, 1988, Livro Terceiro, cap. XII, p. 116.

⁷²BARROS, João de, *Ásia. Primeira Década*, Livro Terceiro, cap. XII, p. 116.

⁷³BARROS, João de, *Ásia. Primeira Década*, Livro Terceiro, cap. XII, p. 116.

⁷⁴Também na cena europeia brotam exemplos de monarcas que procuravam conquistar o

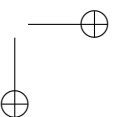
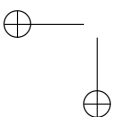




Na verdade, opinamos que todo este quadro histórico, sinteticamente exposto ao longo destas últimas páginas, aproxima-se, embora com as devidas diferenças, do sentido das palavras de Frei Serafim de Freitas, enunciadas no seu trabalho *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, destinado à defesa da preeminência presencial e comercial portuguesa no Oriente e da doutrina do *mare clausum*: “Por conseguinte, é por causa deste domínio, ou, se se prefere, desta protecção e jurisdição, que o Imperador envia armadas a desinfestar o mar de piratas, inimigos e bárbaros, como consta da decisão dos Césares, no Código, liv. 12, tít. *De classicis*, lei única: «Destine-se a armada da Selêucia para auxiliar e desinfestar o Oriente e para outras necessidades do Conde do Oriente». E este texto é para mim singular e único para justificar a navegação dos nossos Hispanos através do Oceano. Na verdade, se isso é lícito ao Imperador, por que razão não o será aos Reis hispânicos, que, não reconhecendo superior nas coisas temporais, reinam com poder imperial [...]”⁷⁵.

apoio de D. João II. Basta recordar as palavras atribuídas ao rei Carlos VIII de França. Ao saber da liga que se organizara na Cristandade contra ele, teria frisado que “pera desbaratar todos não auia mister mais que ser com El Rey dom Ioam de Portugal seu irmão. E que pera tomar o mundo elles ambos abastauão” (RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. CLIV, p. 220).

⁷⁵FREITAS, Frei Serafim de, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, vol. I, Lisboa, INIC, 1983, pp. 299-300.



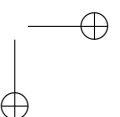
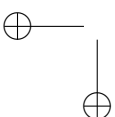


Capítulo 3

A oração de obediência de 1485: anúncio de uma nova idade de ouro

Em função de muitos dos aspectos que foram atrás salientados, era, por certo, uma monarquia com confiança no seu destino a que saudava Inocêncio VIII em meados dos anos 80. De facto, conforme foi referido, numa altura em que a Cúria Romana constituía o centro privilegiado de informação internacional, o doutor Vasco Fernandes, através da sonante oração de obediência dirigida ao novo papa, desenvolve uma narração panegírica da história de Portugal, à luz do entendimento oficial, apontando primorosamente para a sua portentosa evolução que desemboca no reinado de D. João II na suposta chegada às proximidades do Promontório Prasso (extremo da África) com Diogo Cão, acontecimento que, pelas elevadas perspectivas que sugere, incluindo de ordem escatológica, faz o período recolher as palavras mais elogiosas.

Com efeito, tal como nota Jean Delumeau, “as viagens das descobertas provocaram nos países ibéricos, seus iniciadores, um legítimo sentimento de brio e de entusiasmo, além de reforçarem as especulações e as esperanças escatológicas, presentes nesses espaços culturais como no restante Ocidente. Era variada a sua origem: provinham quer do Pseudo-Metódio, quer do joaquimismo, quer ainda da convicção de que o fim do mundo não vinha longe,



dado que o cristianismo ia doravante estender-se a todo o planeta. Esta extensão do cristianismo era encarada como a última sequência da aventura humana na Terra”⁷⁶.

Na sua síntese interpretativa, Lucena realça a exemplar fidelidade dos governantes lusos a Deus e a Roma. Demora-se na temática da Reconquista e alerta para o facto do surgimento do País apresentar bases sobrenaturais, destacando, nesse sentido, o nascimento, “por permissão divina”, de Afonso, “primeiro rei dos portugueses”⁷⁷, e, após uma leve descrição da batalha conduzida, com poucas forças, contra cinco reis mouros e da composição das armas nacionais, o milagre de Ourique, “fundamento ideológico de uma explicação multissecular da nacionalidade e do seu destino”⁷⁸. Vale a pena ouvirmos o embaixador: “[...] nos campos de Ourique, naquele sítio a que o vulgo chama agora Cabeças de Reis, combateu com um pequeno exército, contra cinco poderosíssimos reis e venceu-os; nessa batalha, para se ver quão porfiada fôsse e quão grande o seu valor, cinco vezes lhe quebraram as lanças dos bárbaros os escudos que abraçava na mão esquerda. Dessa singular e ínclita vitória procedeu fixar êle as quatro insígnias e armas dos reis portugueses,

⁷⁶DELUMEAU, Jean, *Mil Anos de Felicidade. Uma História do Paraíso*, Lisboa, Terramar, 1997, p. 217.

⁷⁷In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 69.

⁷⁸BUESCU, Ana Isabel, “A Memória das Origens. Ourique e a Fundação do Reino (Séculos XV-XVIII)”, in *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 14. Para mais detalhes sobre Ourique, cf. NASCIMENTO, Aires Augusto, *O Milagre de Ourique num Texto Latino-Medieval de 1416*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras*, IV série, n.º 2, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1978; CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre a Formação e Evolução da Lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”, in FARIA, Isabel Hub (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, pp. 159-198; BUESCU, Ana Isabel, “A Memória das Origens. Ourique e a Fundação do Reino (Séculos XV-XVIII)”, in *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, pp. 11-28; BUESCU, Ana Isabel, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma Polémica Oitocentista*, Lisboa, INIC, 1987; MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Na Manhã Fértil – Sondando o Milagre de Ourique na Cultura Portuguesa”, *Ler História*, n.º 16, Lisboa, Teorema, 1989, pp. 3-28; MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Entre Silêncio e Ouro – Sondando o Milagre de Ourique na Cultura Portuguesa”, *Ler História*, n.º 20, Lisboa, Teorema, 1990, pp. 3-37; ROSA, Maria de Lurdes, “O Corpo do Chefe Guerreiro, as Chagas de Cristo e a Quebra dos Escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média”, *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 3, Guimarães, Câmara Municipal/Universidade do Minho, 1997, pp. 85-123.



pondo nelas cinco escudos, cada um dêles com cinco dinheiros espalhados, pois sabe-se que até então tinha sido usado um escudo só, todo semeado de besantes”⁷⁹. Mais adiante, acrescenta o erudito: “Afonso, antes de dar sinal aos soldados, estando ajoelhado a orar, viu o Salvador pendente da cruz; era tal a confiança do ânimo real, tal a fé gravada no seu coração, que, longe de perturbar-se com tão estupendo milagre, ousou dizer estas palavras: que não era ao homem que crê firmemente que Jesus Cristo devia mostrar-se, mas que aos here[g]es e apartados dessa fé ou a ela contrários é que era preciso que se mostrasse daquela forma”⁸⁰.

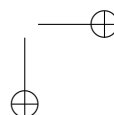
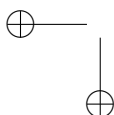
Tendo-se o Reino de Portugal erigido muito à custa da guerra ao Muçulmano, a luta contra os Mouros estava, forçosamente, destinada a formar uma peça fulcral da memória colectiva lusíada. Enfim, conforme explica Maria de Lurdes Rosa, Lucena, em 1485, “proferira uma oração de obediência a vários títulos interessante, que reflecte bem a mentalidade subjacente aos «usos da cruz» que estudamos. É nela central a evocação mitificada de Afonso Henriques como grande combatente dos muçulmanos, em prol da fé cristã. O rei fundador é colocado na linha de redenção da «destruição de Espanha» causada pelo Conde Julião e por Rodrigo, numa evidente concorrência com o que fazia a Coroa espanhola pela mesma época, com os respectivos heróis míticos da Reconquista. Faz-se depois a evocação das batalhas e conquistas de Afonso Henriques, que dão origem ao reino de Portugal, e a evocação culmina com uma [...] versão do milagre de Ourique...”⁸¹.

Segundo o critério cronológico, a narrativa produzida por Lucena do mencionado milagre de Ourique corresponde à quarta referência. Situa-se, portanto, depois do *Livro de Aautos (De Ministerio Armorum)*, de 1416, da *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, de 1419, e da *Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, de 1451. Ao abordar a versão de 1485, Luís Adão da Fonseca salienta, entre outros pontos, a circunstância de “aparecer a abrir o que se poderá considerar uma breve história de Portugal associada a uma proclamação de teor messiânico, dando assim a entender que a história do reino, na perspectiva do poder lusitano (ou seja, na perspectiva de D. João

⁷⁹In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, pp. 70-71.

⁸⁰In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 71.

⁸¹ROSA, Maria de Lurdes, “Velhos, Novos e Mutáveis Sagrados... Um Olhar Antropológico sobre Formas «Religiosas» de Percepção e Interpretação da Conquista Africana (1415-1521)”, p. 29.



II) se insere num espaço temporal definido, antes e agora, por coordenadas messiânicas. É, para todos os efeitos, o reino querido e protegido pela Providência. Como o será também a monarquia e o rei de Portugal”⁸². Ou seja, somos levados a concluir que o episódio ouriquiano expressa o direito da população lusa compor uma unidade independente, situando este direito acima do humano, já que Portugal está predestinado, desde a sua fundação, a lutar pela Fé e, por isso mesmo, a habitual inferioridade numérica dos nossos no campo de batalha não impede a obtenção de brilhantes vitórias sobre forças inimigas muito mais volumosas.

Portanto, independentemente de um conceituado historiador, como Luís Filipe Thomaz, conceder que “é provável que faltasse à ideia imperial joanina o cariz messiânico que recebeu com D. Manuel, atribuível à herança joaquimista [...]”⁸³, é perfeitamente natural que a referida ideia imperial fosse contaminada por tons messiânicos, tanto mais que se caminhava para o fim do século, período especialmente fértil em especulações, além de que o rei D. João II cuidava de promover a “convicção de que há um *reino ungido* desde e através do milagre de Ourique, renovado permanentemente na própria história de Portugal”⁸⁴. Adiante-se que, nos finais de Quatrocentos, o messianismo, longe de desaparecer, floresce em várias cortes europeias e em diversos escritos. Em Portugal, medra, para todos os efeitos, uma atmosfera cultural em que “indiscutivelmente o «Milagre de Ourique» constitui a primeira e obrigatória referência do messianismo português, ao corporizar a ideia de que um reino com tal nascimento não poderia perecer e estaria destinado a grandes coisas ao serviço de Deus que o tinha querido e desde o início favorecido”⁸⁵, sendo esta versão das nossas origens propositadamente difundida na capital do Catolicismo em 1485, quando cresciam as esperanças cristãs com o surgimento de um novo papa, cuja chegada ao sólio pontifício coincide, ainda por cima, com o aclamado êxito de Diogo Cão, causador, por certo, de um choque

⁸²FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, p. 82.

⁸³THOMAZ, Luís Filipe F. R., “O Projecto Imperial Joanino (Tentativa de Interpretação Global da Política Ultramarina de João II)”, in *De Ceuta a Timor*, p. 166.

⁸⁴FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, p. 244.

⁸⁵FRANCO, José Eduardo e REIS, Bruno Cardoso, “Messianismo e Joaquimismo em Portugal: de D. Afonso Henriques ao Sebastianismo”, in PAIVA, Frei Sebastião de, *Tratado da Quinta Monarquia*, Lisboa, INCM, 2006, p. 59.

psicológico, na medida em que, alegadamente, favorecia a instalação de uma nova era.

Refira-se que é também significativo que no reinado do *Príncipe Perfeito*, pela mesma altura em que o monarca ordenou que a indicação do senhorio da Guiné passasse a constar no seu título e documentos, se tenha investido na reforma do escudo real, donde foi, de maneira consciente e soberana, extraída a Cruz de Avis, purificando, deste modo, a sua mensagem política⁸⁶. É que Portugal, reflectindo já uma realidade nacional, não se podia confundir com uma ordem militar. De resto, o monarca mandou assentar os escudos bem direitos, novo formato que procurava, como é evidente, derrubar qualquer sombra de bastardia ou de derrota (como aquela que D. Afonso V registara em Toro) e, por conseguinte, representar o desejado carácter imaculado do currículo militar lusíada⁸⁷. Não se tratava apenas de dar lustre ao nosso passado, mas também de projectar um futuro triunfante. Com efeito, numa época em que prosperava certa visão especulativa em torno das novas oportunidades que se abriam ao Ocidente cristão, fruto da acção marítima portuguesa, expressava-se por via da mencionada reforma plástica um voto de confiança em relação aos tempos vindouros do Reino Luso, garantindo-se a continuidade do seu estatuto de comunidade política independente, vitoriosa e protagonista, obviamente na linha daquilo que já era enunciado pela narrativa de Ourique.

A integração do milagre de Ourique num discurso diplomático constitui, sem dúvida, um dado interessante e repleto de significado político. Afinal, estamos perante um acto oficial que promove a internacionalização, e logo junto do papado, do mito fundador da nacionalidade portuguesa, mito ainda em desenvolvimento, sublinhe-se, mas já tendencialmente exposto como a pedra angular do nosso edifício cultural e mitológico messiânico e peça valiosa de legitimação do poder. O discurso corresponde, assim, a uma etapa importante do longo percurso de amadurecimento ideológico e afectivo da tese da assistência e protecção celestiais ao País. Além disso, esta campanha de publicitação do milagre ouriquiano, em plena capital do Catolicismo, é executada

⁸⁶Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. II, *A Formação do Estado Moderno (1415-1495)*, p. 108.

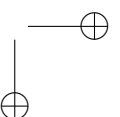
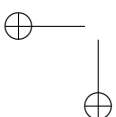
⁸⁷Cf. RESENDE, Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LVII, pp. 88-90; PINA, Rui de, *Chronica d'El Rei Dom João II*, in *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza...*, tomo II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792, cap. XIX, pp. 64-66.



num período em que o reinado joanino inaugurava a sua fase de ouro e o próprio plano das Índias registava um salto que parecia gigantesco, preparando, graças aos benefícios da moderna navegação, assente no lançamento e aperfeiçoamento de um aglomerado de técnicas e de equipamentos de vanguarda, a tão desejada união entre a Cristandade Ocidental e a Oriental.

Em síntese, por intermédio de Lucena, informava-se a Europa Cristã de que o Reino de Portugal não era fruto de um acidente histórico, nem formava uma criação efémera, pois dispunha do estatuto de interlocutor privilegiado com o divino e assim, perante tão especial nascimento, só se podia depreender que os Portugueses estavam destinados a realizar grandes proezas ao serviço de Deus. Ou seja, graças à Providência, desde e por meio do milagre de Ourique, de certo modo renovado em vários momentos do trajecto nacional, Portugal singrava como um reino eleito e, conseqüentemente, com indiscutível vínculo ao sagrado. A projecção então atribuída ao episódio ouriquiano ajudava, necessariamente, a celebrar a existência política do País, a colocar maior ênfase nos seus fundamentos directamente relacionados com a guerra contra os Mouros e com o auxílio divino arrecadado, a confiar no futuro do Reino e, inclusivamente, a identificar os sacrifícios do povo luso com os do Redentor. Acontece ainda que o marco bélico donde emana como protagonista D. Afonso Henriques, ao não diferir muito da vitória registada por Constantino Magno, fornecia à monarquia portuguesa, desde o seu aparecimento, uma grandeza, no mínimo, próxima daquela que havia auferido o antigo imperador romano. Mas o recorte praticamente imperial manifestado pela batalha de Ourique provinha, de igual modo, do facto de D. Afonso Henriques ter derrotado cinco reis sarracenos.

Concentrado em expor perante o público europeu o triunfalismo nacional, Vasco Fernandes recua, portanto, até ao governo do fundador do Reino e centra a sua atenção na luta conduzida desde essa altura pelos monarcas portugueses contra o Islão, perseguindo-o inclusive para além da Península Ibérica e impulsionando o crescimento do espaço sob a influência do Cristianismo. Este confronto, omnipresente no devir lusitano, constitui, em boa medida, o fio condutor do discurso diplomático. Daí também o relevo concedido ao rei D. Afonso IV, por ter auxiliado o seu congénere de Castela na retumbante vitória do Salado. O embaixador passa em claro as guerras intrapeninsulares pela independência, preferindo antes vibrar com a tomada da praça norte-africana de Ceuta por D. João I. Já o curto reinado de D. Duarte, é lembrado devido





ao insucesso do ataque a Tânger e o conseqüente martírio do infante D. Fernando, o qual, diga-se, ajuda a estabelecer em redor da família de Avis uma dimensão de santidade. Em relação ao período em que o País é liderado por D. Afonso V, o orador realça as expedições organizadas ao recinto marroquino e as conquistas efectuadas. No que se traduzirá numa prática cada vez mais comum entre os literatos e embaixadores nacionais, Vasco Fernandes aproveita esta ocasião, até porque Roma forma, sem dúvida, o palco ideal para este tipo de mensagem de propaganda, para estabelecer o confronto entre os feitos portugueses e os que foram obrados por conhecidos povos da Antiguidade, com vantagem para os primeiros, senão vejamos: “[...] três vezes, em épocas diversas, passou à África com numerosa e bem provida armada; por três vezes desembarcou naquele litoral inacessível e hostil o seu bem aprestado exército; tomou, pela fôrça das armas, três cidades quâsi inexpugnáveis, o que não sei se terá acontecido algum dia a qualquer dos generais romanos ou dos antigos reis: a mim, confesso, por mais que pensasse, nenhum me ocorreu”⁸⁸. Por consequência, é caso para dizer que as maiores personagens da época, como D. Afonso V, tomavam o lugar dos heróis antigos.

Para além das vitórias alcançadas sobre os Sarracenos, também os avanços operados pelas caravelas portuguesas (as descobertas são, na verdade, percebidas como primeiros actos de conquista) acolhem palavras sedutoras. Como facilmente se percebe, era impossível ficar indiferente à novidade surpreendente dos Descobrimentos, à sua marca exótica e à crescente distância percorrida. São, por isso, dignas de nota as referências produzidas acerca de D. Afonso V, que lhe atribuem forte responsabilidade pelo alargamento dos limites da Cristandade, sucedendo ao longo do elogio, conforme observa Fidelino de Figueiredo, “um acintoso abuso do adjectivo «novo»” que ressalta a extraordinária novidade⁸⁹. Ouçamos Lucena: “É de justiça, portanto, afirmar que o glorioso rei D. Afonso não se limitou a honrar a sacratíssima religião cristã dentro das fronteiras que lhe foram legadas pelos seus maiores, mas novas províncias, novos reinos, novas ilhas, e como que novos e desconhecidos mundos, ele entregou ao nome cristão, à Igreja Romana e a vós também,

⁸⁸In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 76. Cf., também, GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 17.

⁸⁹FIGUEIREDO, Fidelino de, *A Épica Portuguesa no Século XVI*, p. 79.



Santíssimo Padre, e a vossos sucessores”⁹⁰. Ora, vendo bem, as realizações do *Africano*, mormente o haver acrescentado novas possessões aos seus domínios, inclusive “reinos”, conforme era exclamado, afiguram-se como sendo dignas de um imperador que, segundo as tradições oriental e medieval, constituía um rei de reis.

É, aliás, interessante verificar que o cronista Rui de Pina soube descortinar o desempenho histórico pró-império do tempo do pai de D. João II, uma vez que, no prólogo da *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, fala na “memoria das Reas virtudes e feytos Ymperiaaes do Muy glorioso Rey Dom Affonso o quynto”⁹¹. Embora tratando-se de uma matéria passível de gerar diferenciadas interpretações, estas palavras não podem nem devem ser menosprezadas, mesmo que tenham sido lavradas já depois da morte do mencionado monarca. No mínimo, inseridas numa atmosfera política, mental e ideológica que chama a atenção para a subida de Portugal a um lugar de inequívoco destaque no concerto das nações da Europa Cristã, apontam para o desenvolvimento de uma consciência imperial.

Regressando à oração de meados da década de 80 do século XV, tal como sublinha Fidelino, “chegando a D. João II é que orador levanta o seu tom [mais] grandiloquo”⁹², visto que se esforça por demonstrar que estamos na presença de uma personagem claramente situada no centro de alguns dos principais acontecimentos que traçam o destino da Cristandade. Desde logo, Lucena salienta o envolvimento do filho de D. Afonso V, ainda adolescente, na conquista da praça de Arzila, bem como destaca que a disponibilidade do *Africano* para a Cruzada contra os Turcos esteve apreciavelmente aliada ao seu herdeiro, “pois não há ninguém que ignore que nêsse tempo D. João, filho único, era não só sucessor, mas também participante do gôverno do reino e de tôdas as mais coisas”⁹³. Devemos precisar que a lembrança da ocupação otomana de Otranto, na Apúlia, continuava bem viva, contribuindo, indubitavelmente, para que a oposição entre a Cristandade e o Islão animasse em força o debate nas altas esferas da cena internacional, embora o fervor das pa-

⁹⁰In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 77. Cf., igualmente, GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, p. 17.

⁹¹PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza...*, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790, p. 201.

⁹²FIGUEIREDO, Fidelino de, *A Épica Portuguesa no Século XVI*, p. 79.

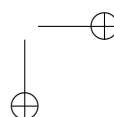
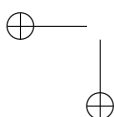
⁹³In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, pp. 78-79.



lavras de muitos governantes europeus não se traduzisse em acções efectivas de combate ao Turco. Por isso mesmo, recordando o passado recente, Lucena enaltecia a posição exemplar que a monarquia portuguesa adoptara perante tamanho perigo, frisando que estávamos perante a única que manifestou o bom senso de acudir ao pedido papal: “Como os turcos, inimigos acérrimos da religião cristã, tivessem tempos antes ocupado Otranto e tal calamidade fôsse uma séria ameaça para a cidade de Roma, e até para tôda a Itália, de entre os príncipes cristãos a quem o mêdo não tomara ainda, só um, Santíssimo Padre, só um acudiu aos rogos e pedidos instantes de Sisto IV, vosso digníssimo antecessor, que então estava à frente da Igreja de Deus: êsse príncipe foi D. Afonso, Rei de Portugal [...]”⁹⁴.

Não se deve negligenciar o eco que este elogio prestado ao antigo monarca português poderá ter alcançado. Também não se pode desvalorizar o papel que a ameaça turca, frequentemente presente no horizonte da expansão lusa, terá jogado em termos de factor de legitimação da guerra movida pelos Portugueses no Norte de África ou, mais tarde, no Oriente. As aspirações dos Otomanos ao domínio mundial eram conhecidas no Ocidente, sobretudo depois do impacto político, espiritual e simbólico da anexação da segunda Roma, intensificando junto do sultão a sua ânsia de conquistas e de liderança sobre o Crescente, assim como em relação às terras cristãs e do restante mundo infiel. Refira-se que o poder turco se socorria da própria arte para ilustrar essa ambição de hegemonia à escala global. Por exemplo, em 1480, já na fase final da sua existência, Mehmed, que submetera em 1453 a cidade imperial de Constantinopla, encomenda o seu retrato ao pintor veneziano Gentile Bellini. Conforme sintetiza Anthony Pagden, “o quadro [...] mostra o barbudo sultão de perfil, a três quartos, de turbante e tendo enrolado nos ombros o que parece uma enorme pele de lobo, o animal totémico dos Otomanos. Na base do quadro, uma inscrição descreve-o como *imperator orbis* – «imperador do mundo». Está enquadrada por arcos triunfais, à esquerda e à direita dos quais se vêem três coroas que simbolizam o número de reinos incluídos nos seus domínios, e as quatro flores feitas de pedras preciosas que aparecem no tapete, em primeiro plano, poderão ser uma alusão ao sonho que teria tido Osman,

⁹⁴In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 78. Para uma boa contextualização, cf. SOUSA, Ivo Carneiro de, “A Expansão Otomana e a Reacção Portuguesa no Reinado de D. Afonso V (1453-1481)”, in *Livro de Homenagem – Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, pp. 571-573. <http://repositorioaberto.up.pt> (acedido a 28-10-2013).



o fundador da dinastia, no qual fora prevista a conquista otomana do mundo. Também podem simbolizar a subjugação do mundo por Constantinopla, sendo as pétalas ou rubis os continentes, e as gemas pretas e brancas o Mar Negro e o Mediterrâneo⁹⁵. Enfim, não podemos olvidar que, devido à ofensiva turca, cujo impacto se mantinha incontrolável, o universo cristão registava um perigoso recuo em algumas destacadas regiões. A queda de Constantinopla espalhará uma onda de espanto e de medo pela Europa Cristã, com particular incidência na Itália; isto é, alimentara uma vaga de islamofobia que, em rigor, continuou a medrar nas décadas subsequentes, em virtude da eclosão de novos ataques dos Otomanos. Garcia de Resende, na *Miscelânea*, exclamará: “Vimos o Turco tomar/ grão parte da Christandade,/ muytos mouros sobiusgar,/ vemos seu senhorear/ sem ter contrariedade,/ tem dous Imperios ganhadados/ e muytos Reynos tomados”⁹⁶. Também é mencionado que teria mais renda que os soberanos da Cristandade.

Por cá, já na condição de rei de Portugal, e apesar de ocupar o trono apenas há quatro anos, D. João II podia, na visão transmitida por Lucena, vangloriar-se de proezas como a edificação do Castelo da Mina na Guiné e a acção exploradora de Diogo Cão. A brilhante *performance* do novo monarca no Atlântico e em África tornava-o, inclusivamente, merecedor de um lugar único na galeria dos detentores da realeza portuguesa: “Não direi também com que despesas, com que diligência e em que tempos difíceis êle fez sempre, e ainda agora faz, essa guerra marroquina; mas voltar-me-ei para os seus notabilíssimos serviços à fé de Cristo e a todos os que têm o nome de cristãos, explorando aquela Etiópia, descoberta em tempo de seu pai, com tal habilidade que em 4 anos, 3 meses e 13 dias trouxe mais benefícios neste particular ao reino de Portugal e ao seu povo cristão do que os que se alcançaram nos 42 anos anteriores, em que se começou a navegar êsse mar”⁹⁷. Nas palavras de Manuela Mendonça, “com estas afirmações o embaixador português [...] afirmava o poderio económico que este rei conseguira já atingir, rentabilizando admiravelmente as suas fontes de receita num curto período de 4 anos, 3 meses e 13 dias; nesse ponto D. João II não temia nada nem ninguém, pois o futuro parecia pertencer-

⁹⁵PAGDEN, Anthony, *Mundos em Guerra. 2500 Anos de Conflito entre o Ocidente e o Oriente*, Lisboa, Edições 70, 2009, p. 262.

⁹⁶RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, p. 336.

⁹⁷In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 79.



lhe”⁹⁸. Portanto, o *Pelicano* apresentava-se perante o olhar do papa como um monarca munido de vastos meios, convidando, desta forma, o santo padre a reconhecer que o seu fiel servidor ocupava um posto de relevo no tocante ao futuro dos Cristãos, nunca inferior ao dos outros reis europeus; antes pelo contrário, na percepção régia e do seu orador, dispunha de um poderio económico superior que, por certo, lhe concedia maior capacidade para levar a cabo empresas de alta transcendência. Ou seja, D. João II não ficava nada a dever a monarcas como Luís XI e Carlos VIII de França, Henrique VII de Inglaterra ou Isabel e Fernando de Espanha. Citando novamente Manuela Mendonça, “a todos superou em possibilidades; tendo destruído as barreiras do tradicional e calado as vozes discordantes, mandou construir a fortaleza de S. Jorge da Mina. Essa decisão, esse projecto concretizado, afastá-lo-ia em definitivo das possibilidades limitadas dos monarcas seus vizinhos [...]”⁹⁹. Tal disponibilidade em termos de acesso à riqueza extra-europeia propiciava a abertura de novas oportunidades de acção, assim como, em nosso entender, favorecia a desenvoltura de uma atmosfera régia e de corte tendencialmente contaminada por sonhos messiânicos que serão, no entanto, fruto da entrada em cena e/ou convergência de determinados factores, reforçados e amadurecidos no reinado subsequente, o manuelino, revelando-se uma peça incontornável da engrenagem imperial em curso.

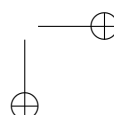
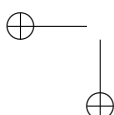
Acerca da nossa «imperialização» em tempos de D. João II, registre-se também a posição de Giuseppe Marcocci, lembrando que “a importância de Roma na incipiente definição de uma vocação imperial portuguesa encontra confirmação na oração de obediência pronunciada, em finais de 1485, ante o novo papa Inocêncio VIII [...] pelo ancião jurista Fernandes de Lucena. A celebração propagandística das vitórias da fé durante o século XV culminava na exaltação de S. Jorge da Mina, o forte destinado [...] a recolher ouro (mas também escravos) da Guiné”¹⁰⁰.

Portanto, o Portugal joanino, da ascendente economia mercantil, só podia surgir aos olhos de muito boa gente como um reino próspero e abastado. A

⁹⁸MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um Percorso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, p. 375.

⁹⁹MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um Percorso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, p. 283.

¹⁰⁰MARCOCCI, Giuseppe, *A Consciência de um Império. Portugal e o seu Mundo (Sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 68.



própria propaganda oficial esforçava-se por fomentar e difundir esta imagem de bonança no exterior, conforme exemplifica o discurso de Lucena. De facto, o poder central investe na organização da exploração do comércio no litoral de África, sobressaindo, como se disse, “no meio dos Etíopes, para além da região equinocial, num lugar da costa próximo das minas de ouro”, a instalação, “com muito trabalho e despesa”, do “castelo bem fortificado” de São Jorge da Mina, possuidor de “baluartes e trincheiras, rodeado de palissada e fôssos, castelo feito de cal e pedras de cantaria levadas de Portugal em navios”¹⁰¹. Segundo o douto orador, “por meio dêste castelo estabeleceu um comércio, tão santo, tão certo e tão grande com aqueles gentios, que o nome do Salvador, por completo desconhecido dêles até então, agora se lhes tornou tão familiar com a frequência dos nossos que êsses povos ferozes e bárbaros, dados à luxúria e à preguiça, sem caridade, sem sentimentos humanitários e que vivem como animais, já começam a melhorar com a Religião”¹⁰². Com algum exagero, é até referido pelo embaixador que “não só o povo cristão enriquece com a inaudita fartura de ouro e valiosas mercadorias trazidas de lá, como também cessou todo o comércio que os Númidas, os Cartagineses, os Mauritanos e os outros povos inimigos do nome cristão tinham com os Etíopes, e o muito ouro que obtinham com êsse comércio, que era feito por via terrestre, servia para armar e municiar tôda a África contra os cristãos”¹⁰³.

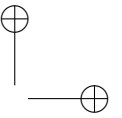
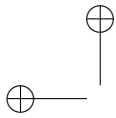
No fundo, percebe-se facilmente que o Castelo da Mina ilustrava, melhor do que nenhum outro local então explorado pelos Portugueses, a actividade comercial que tornara possível a propagação do credo cristão, ajudando, ademais, a esculpir uma via em direcção ao Oriente, a qual só será ultimada já com D. Manuel no trono. De igual modo, fica claro que, relativamente à protecção dos interesses lusos no espaço ultramarino, desde logo em determinados pontos nevrálgicos da costa africana, as fortalezas vingavam como um dos equipamentos nacionais predilectos, dado que se confiava não só na sua aparente inviolabilidade, sempre que providas das condições logísticas necessárias à sua defesa, mas também na economia de forças que possibilitavam¹⁰⁴,

¹⁰¹ In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 79.

¹⁰² In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 79.

¹⁰³ In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, pp. 79-80.

¹⁰⁴ A título de exemplo, o capitão Diogo de Azambuja permaneceu no Castelo da Mina com 60 homens e três mulheres (cf. PINA, Rui de, *Chronica d’El Rei Dom João II*, cap. II, p. 17). Sobre a artilharia como arma (quase) decisiva e a fortaleza como equipamento (muito)

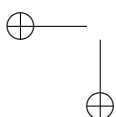


no apoio ao comércio e à evangelização que forneciam e no capital simbólico que transportavam.

Concretizando um pouco mais alguns dos aspectos já focados, em 1485 difundia-se deliberadamente a mensagem, sem dúvida dotada de forte sentido político e até escatológico, de que D. João II, pelos acontecimentos em que influía, exercia um papel de protagonista em matéria de estruturação do triunfo absoluto e planetário da Cristandade. Afinal, o monarca português não só usufruía de grossos proventos oriundos do comércio marítimo, como o seu Reino desfrutava de um vasto e inovador arcabouço de técnicas de ponta, aplicadas sobretudo na navegação e na construção de fortalezas (por exemplo, pré-fabricadas). Explicitava-se até que as façanhas do *Príncipe Perfeito* impediam o velho inimigo dos Cristãos de conservar formas com que pudesse atacá-los. Ao invés, beneficiando já das vantagens provenientes da estratégia portuguesa de envolvimento do universo muçulmano, era a Europa Cristã que se apoderava do ouro sudanês, aprestando-se a fazer o mesmo com os bens asiáticos, facto que minaria ainda mais as bases económicas em que assentavam as forças maometanas (no fundo, imperava a ideia de que o aumento do poder de um correspondia ao enfraquecimento do poder do outro). Com efeito, não é excessivo recordar que o Índico de então constituía “o horizonte maravilhoso da riqueza material, a porta de acesso ao mundo fantástico oposto ao mundo europeu conhecido, o contacto com novas cristandades”¹⁰⁵. Acresce a tudo isto não apenas a celeridade com que as iniciativas se sucediam na época, o que, possivelmente, terá sido visto como um sinal de aceleração da proximidade do fim dos tempos e de uma predestinação especial de D. João II, mas ainda as múltiplas qualidades do monarca, expostas mesmo assim segundo padrões de humildade que em nada beliscam o facto de poderem servir como fonte inspiradora da conduta dos reis, e a dimensão de protecção divina de que beneficiava, auxiliando-o contra os ignóbeis conspiradores: “Quem haverá que com tóda a razão se não admire de que tódas essas coisas tenham sido planeadas e executadas em tão pouco tempo por indústria de um só rei, principalmente se considerar que é fora de dúvida que as grandes emprêsas só costumam ser realizadas, ou só parecem poder sê-lo, por muitos e grandes príncipes em muito tempo e em várias épocas?! De propósito passo em

dominador, cf., necessariamente, SANTOS, João Marinho dos, *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (Séculos XV e XVI)*, pp. 179-196 e 197-219, respectivamente.

¹⁰⁵FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, p. 117.



claro muitos e admiráveis dotes do seu alto espírito e do seu corpo; altura e forma insigne, grandeza de alma, liberdade, vida integérrima, moderação, fé, constância, valor na arte militar, justiça na administração do reino e prudência em tudo, religião para com Deus e piedade para com o reino e para com os súbditos; omito os louvores do seu valor e engenho; omito a lembrança da sua glória e vitórias; não falarei também da astúcia, da habilidade, da prudência e da fortaleza de ânimo de que deu provas, dissimulando o conhecimento das conspirações, por vontade de Deus descobertas, de dois duques e castigando os conspiradores”¹⁰⁶.

Graças ao incremento da acção descobridora portuguesa sob a égide do dotado D. João II, propagava-se, em pleno coração da *Respublica Christiana*, a notícia do êxito recentemente rubricado pela navegação nacional em matéria de avanço na abertura de uma via marítima até às Índias, o que contribuía, necessariamente, para o fortalecimento do prestígio monárquico lusíada. O impacto da notícia era reforçado por um contexto peculiar, já que se comemorava a chegada ao trono pontifício de Inocêncio VIII. Este acontecimento favorecia a instalação de um clima de acrescida esperança nos tempos vindouros da Igreja, fenómeno bastante comum após a eleição de um novo vigário de Cristo, apesar, diga-se, do aspecto negativo de, no conclave de 1484, ter surgido “um número recorde de vinte e cinco cardeais presentes, na sua maioria homens escandalosamente mundanos”¹⁰⁷. Fica então claro que, rodeada pelo aparato faustoso próprio da cerimónia, a oração de obediência exposta por Lucena servia de canal transmissor, junto do mais alto auditório cristão, não só da lista de serviços, mas também das promessas ou expectativas da monarquia portuguesa. Viviam-se no período em que a primeira (1482-1484)¹⁰⁸ de duas viagens de Diogo Cão levava a crer que os Portugueses tinham, finalmente, atingido a passagem do Atlântico para o Índico. Eis a informação

¹⁰⁶In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 81.

¹⁰⁷DUFFY, Eamon, *Santos e Pecadores. História dos Papas*, Lisboa, Edições 70, 2008, p. 196.

¹⁰⁸Sobre a primeira viagem de Diogo Cão, cf. PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 206-215. Refira-se que Carmen Radulet foi insistindo na tese das três viagens (RADULET, Carmen, “Cão, Diogo”, in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 192-194), que, em abono da verdade, para a matéria aqui abordada, não constitui uma questão crucial. Com efeito, seja qual for o verdadeiro número de viagens realizadas, o que esteve sempre em jogo foi a busca da passagem de sudeste que, do Oceano Atlântico, levava ao Índico.



saída da boca do doutor Vasco Fernandes: “A tudo isto acresce a esperança bem fundada de explorar o Golfo Arábico, onde reinos e povos que habitam a Asia, mal conhecidos de nós por notícias muito incertas, praticam escrupulosamente a fé santíssima do Salvador, dos quais, a dar crédito a experimentados geógrafos, já a navegação portuguesa se não encontra senão a alguns dias de viagem. Efectivamente, descoberta já uma parte enormíssima da costa africana, chegaram os nossos no ano passado até perto do Promontório Prasso, onde começa o golfo Arábico [...]”¹⁰⁹. E continua mais adiante o orador: “Do descobrimento e exploração dessas terras parece-me já estar a ver quantas e quão grandes somas de riquezas, honras e glória virão, tanto para o povo cristão como principalmente para vós, Santíssimo Padre, para os vossos sucessores e para esta Sé sacratíssima de Pedro”¹¹⁰.

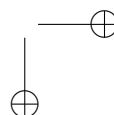
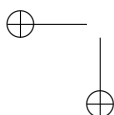
Na verdade, o nosso mareante, ao perscrutar uma zona desconhecida ao nível geográfico e igualmente náutico, acaso ludibriado por uma determinada curvatura da costa para oriente, precipitou-se nas suas conclusões, induzindo em erro o rei D. João II e, por consequência, o agente da propaganda real, Vasco Fernandes de Lucena. No entanto, daqui em diante tornou-se, sem dúvida, bastante mais corrente a perspectiva de que era possível atingir directamente por mar a Ásia, corrigindo, desta forma, velhas teorias.

A entrada inaugural no Oceano Índico sucede com Bartolomeu Dias, constituindo o feito um marco capital na evolução da manobra de circum-navegação da África, uma vez que se conseguiu, finalmente, captar a verdadeira dimensão desta em sentido norte-sul. Assim, só depois do regresso do grande navegador, em Dezembro de 1488, os Portugueses passaram a estar, efectivamente, às portas da Índia. Cataldo Parísio Sículo expôs suavemente essa proeza por ocasião da entrada solene e triunfal da princesa D. Isabel, filha dos *Reis Católicos*, em Évora, no dia 28 de Novembro de 1490. Na sua oração lê-se, a respeito de D. João II, que “ele mesmo é de tal modo investigador das maiores coisas, que em tempos tão recentes fez atravessar em suas naus quase até à Índia pela região marítima do Sul e revelou, à custa de extraordinárias despesas, lugares muito escondidos que não tinham sido descobertos em tempo algum dos romanos, convertendo muitos homens de religião errada ao conhecimento da fé católica”¹¹¹.

¹⁰⁹In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 80.

¹¹⁰In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 80.

¹¹¹SÍCULO, Cataldo Parísio, *Dois Orações*, prólogo, tradução e notas de Maria Margarida



Regressando ao discurso proferido por Vasco Fernandes, projecta-se, de bom grado e graças ao desempenho luso, uma civilização cristã fortalecida economicamente e que cresce no Além-Mar. No fundo, o orador descreve o duplo propósito que é amiudadamente frisado nos escritos nacionais: a expansão portuguesa impulsiona a difusão da fé e o enriquecimento material do mundo cristão. O quadro pintado pelo orador joanino é tão promissor que, do nosso ponto de vista, permitia alimentar o florescimento de um filão messiânico-milenarista, ligado a alvos ou traços como a vitória de Cristo e dos seus eleitos, a comunicação das Cristandades, condição prévia para a unificação religiosa da Terra, a revelação de populações obscuras ao saber europeu (“reinos e povos que habitam a Asia, mal conhecidos de nós por notícias muito incertas”, recorda Lucena¹¹²) e o alto surto de prosperidade. Enfim, tem-se a impressão de que tudo se conjugava para que a Europa Católica desfrutasse de um futuro profundamente risonho, ficando, deste modo, para trás os melhores dias dos Infiéis.

Nesse sentido, face aos êxitos registados pelos Portugueses no Ultramar e estando próximo o contacto marítimo directo entre a Cristandade Ocidental e a Oriental, conforme se supunha em 1485, compreende-se que D. João II pensasse haver chegado o momento de arrancar com a concretização de decisivas campanhas contra o Islão. De facto, é interessante comprovar que o rei decidiu requerer privilégios extraordinários em favor da guerra africana e da sua legitimidade. Assim, ser-lhe-ia concedida, em 18 de Fevereiro de 1486, a bula *Orthodoxae fidei*¹¹³. O *Príncipe Perfeito* obtinha a tão desejada Cruzada, arrecadando pelo período de três anos uma percentagem das rendas eclesiásticas. Este diploma vem no seguimento da bula *Carissimus in Christo*, do ano anterior, por via da qual o sumo pontífice exortou os crentes a auxiliarem o líder português na sua luta em África, facultando aos que se alistassem no exército real as indulgências que era costume atribuir aos combatentes que

Brandão Gomes da Silva, introdução e revisão de Américo da Costa Ramalho, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974, pp. 56-57. Cf., também, RAMALHO, Américo da Costa, “Cataldo e a Expansão Portuguesa”, in *Para a História do Humanismo em Portugal (III)*, pp. 35-41.

¹¹²In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 80.

¹¹³MARQUES, João Martins da Silva (ed.), *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. III, doc. 204, pp. 303-316.

se dirigiam à Terra Santa¹¹⁴. É de aditar que as bulas não deixariam de servir de instrumento de promoção do Reino no concerto das nações da Europa, ajudando, naturalmente, a estabelecer a sua missão e estatuto.

A leitura das fontes torna visível que, no decurso da década de 1480, o moral do rei português estava em alta. O cronista Rui de Pina, ao mencionar as moedas auríferas chamadas “Espadys”, nas quais se podia ver a representação de uma mão com uma espada alçada, não esconde que D. João II mandara cunhá-las “deste nome por devaçam, e em lembrança da conquista d’Africa, que sempre com a espada na mão se faz, e prosegue por honra, e exalçamento da Fee Xpãa”¹¹⁵. Portanto, o rei manifestava vontade de combater os Mouros do Norte de África.

D. João II não se ficou pelo plano das intenções, mantendo viva a tradição guerreira da dinastia avisina. Em 1489, buscou inclusivamente estender o seu domínio às planícies de Alcácer Quibir. No fundo, com vista a servir de base militar de ataque contra o Reino de Fez, ordenou a instalação de um forte, através da expedição da Graciosa, enfrentando com energia a relutância daqueles que condenavam este género de operações. Efectivamente, Rui de Pina assinala que o monarca “sem conselho, e contra Conselho maginou de fazer hũa Villa com sua fortaleza polo Rio acima de Larache”¹¹⁶. Embora sem o êxito projectado, esta operação da Graciosa corporiza uma tentativa de acção ofensiva no espaço marroquino, no mínimo de reforço militar da região setentrional. Nas palavras de Resende, sucede “pollo muyto desejo que el Rey tinha da conquista de Affrica, e assi polla Cruzada que pera isso lhe fora concedida, de que ja tinha recebido muyto dinheyro”¹¹⁷. Do tempo do *Pelicano*, importa também recordar a conquista e destruição de Targa (*Taraga*) e Samice, cidades situadas a sueste de Tetuão, por D. Fernando de Meneses, em 1490¹¹⁸.

Creemos que o fervor cruzadístico de D. João II, que revela até estar decidido a tomar parte pessoalmente nas lutas de África, conforme sublinham

¹¹⁴MARQUES, João Martins da Silva (ed.), *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. III, doc. 191, pp. 285-287; doc. 192, pp. 288-289.

¹¹⁵PINA, Rui de, *Chronica d’El Rei Dom João II*, cap. XIX, p. 66. Cf., ainda, RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LVII, p. 89.

¹¹⁶PINA, Rui de, *Chronica d’El Rei Dom João II*, cap. XXXVIII, p. 96.

¹¹⁷RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LXXXI, p. 120.

¹¹⁸Cf., entre outros, PINA, Rui de, *Chronica d’El Rei Dom João II*, cap. XLI, pp. 103-106.



Rui de Pina e Garcia de Resende¹¹⁹, constituía, até certo ponto, uma resposta aos planos e às campanhas dos *Reis Católicos* na frente granadina, tentando ombrear com estes poderosos vizinhos e assim neutralizar o impacto político da sua intervenção militar, a começar por uma Espanha reforçada territorialmente e com crescente prestígio internacional, que usava a propaganda para difundir a ideia de que a guerra de Granada formava o começo do fim do poder muçulmano.

Para além de contrariar o velho rival, e sem negarmos as valências de uma certa visão economicista que cultivava, opinamos que o mencionado fervor cruzadístico do *Pelicano* estaria igualmente ligado aos desígnios messiânicos que são manifestados perante o próprio papado, pela boca de Lucena. Na verdade, perspectivando globalmente as movimentações ultramarinas da época, somos levados a pensar que o rei pretendia impulsionar uma nova idade na evolução da Cristandade, convicto de que Portugal ocupava um lugar de superior eleição junto da Providência. Não é despiciendo julgar que, por meio da Cruzada nacional, orientada historicamente para terras marroquinas, estaríamos provavelmente perante uma espécie de etapa preparatória do ataque final ao Próximo Oriente e da afirmação da supremacia universal da fé cristã. Aliás, devemos anotar que as operações de busca do lendário Preste João das Índias registaram um acentuado recrudescimento com D. João II e que era evidente o optimismo português em redor do crescimento da projecção cósmica do papa, objectivo de máximo valor pelo qual se batia a fiel monarquia lusitana (que se anuncia coligada com Inocêncio VIII e o seu pontificado), porquanto se depreende que reinava a confiança em relação a metas como a derrota de Meca e a libertação da Terra Santa¹²⁰. Repare-se, pois, na passagem da oração de obediência de 1485, de óbvio teor messiânico, que assinala que “o consideradíssimo rei, tão dedicado à Igreja Romana e ampliador do culto cristão, perante quem se prostram os reis da Etiópia e a quem todos os anos oferecem presentes, confessa que Vossa Santidade faz na terra as vezes daquele de quem David diz no Salmo LXXI: «E dominará de mar a mar e desde o rio até aos confins do mundo. Em sua presença prostrar-se-ão os etíopes e a terra beijarão

¹¹⁹“Como os desejos del Rey eram fazer sempre guerra aos infieis, e porque se fazia prestes para em pessoa passar em Affrica”, lê-se, por exemplo, em RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LXXVI, p. 110.

¹²⁰Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI. Um Percurso de Dimensão Universal*, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1994, p. 232.





os seus inimigos. Os reis de Tarsis e as ilhas oferecer-lhe-ão seus dons; os reis dos árabes e de Sabá lhe trarão presentes e adorá-lo-ão todos os reis e todos os povos o servirão»¹²¹. No fundo, a mensagem divulgada sugeria que não havia ninguém melhor do que o poderoso, rico e leal D. João II para auxiliar o santo padre no momento de esculpir o seu glorioso destino, apesar, é bom afirmá-lo, dos êxitos alcançados por outros chefes cristãos, alguns dos quais, sem surpresa, tendiam a atrair uma percentagem importante das esperanças messiânicas em torno da iminente recuperação dos Lugares Santos, sobretudo os monarcas espanhóis, envolvidos na Reconquista¹²². Documentemos com mais um trecho do discurso de Lucena referente ao *Príncipe Perfeito*: “Promete el-rei que fará, mesmo com risco da sua própria vida, com efusão de sangue e gasto de tôdas as riquezas, tudo que pertence ao serviço, honra e dignidade de Vossa Santidade e dêste Sacro Senado, para cuja conservação e acrescentamento em nenhum lugar e em tempo algum faltarão o seu trabalho, a sua graça e a sua fé; oferece liberalmente a Vossa Santidade tudo quanto vale em poder, recursos e fortuna. O piedosíssimo rei suplica e implora, pela chaga do lado de Jesus Cristo, com que se consagrou esta Igreja, e pelo nome daquele cujas vezes Vossa Santidade faz na terra, que, quando a ocasião o pedir,

¹²¹In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 85.

¹²²Por exemplo, um romance espanhol que exalta a conquista do Castelo de Setenil pelos *Reis Católicos*, no ano de 1484, expunha a proeza como uma espécie de presságio ou acto preliminar para a libertação de Jerusalém. A este respeito, cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R., “L’Idée Impériale Manuéline”, in AUBIN, Jean (dir.), *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, p. 66; MILHOU, Alain, *Colón y su Mentalidad Mesianica en el Ambiente Franciscanista Español*, Valladolid, Publicaciones de la Casa-Museo de Colón y Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1983, pp. 170 e 392. Sem espanto, Jerusalém também invadia o pensamento dos governantes portugueses. A título exemplificativo, D. Afonso V, que fora talvez o primeiro monarca luso a possuir veleidades de liderar uma cruzada oriental, desalentado, na parte final do seu reinado, com o insucesso então registado em Castela, tomou diligências para renunciar à Coroa lusitana, ordenando a D. João que se fizesse aclamar, e pensou “trocar has cousas do mundo polas de Deos, & ho ir servir na cidade de Hierusalem, cousa que elle tinha de muitos dias cuidada, & assentada consigo depois do falleçimêto da Rainha sua mulher” (GÓIS, Damião de, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, cap. XCVII, p. 251). Cf., igualmente, MILHOU, Alain, *Colón y su Mentalidad Mesianica en el Ambiente Franciscanista Español*, p. 343; GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, p. 227. Por seu turno, D. Manuel, conforme fazemos questão de relembrar mais adiante, projectou a recuperação da Terra Santa.



se sirva do seu reino, cidades, castelos, fortalezas, armadas, ilhas, e finalmente de tudo o que lhe é mais caro, de si próprio e dos seus [...]”¹²³.

No entender de Justino Mendes de Almeida, “a diplomacia portuguesa ofertava ao Pontífice Máximo, pastor universal, o domínio do mundo descoberto e dominado pelo rei de Portugal, mero agente material ao serviço de Deus mais do que da Pátria”¹²⁴. Na verdade, não é nenhum exagero afirmar que, para o círculo joanino, o exemplar currículo nacional encontrava-se largamente orientado para o proveito da *Respublica Christiana*, destacando-se, desde logo, a luta contra o temível Islão, expulso do território luso e perseguido noutros teatros, e as viagens de descoberta de novos mundos, factos que casavam na perfeição com a política da Santa Sé de dilatação da *Domus Dei*. Afinal, Vasco de Lucena procurou fazer passar junto do papa e da Cúria Romana a mensagem de que os reis portugueses, então representados por D. João II, eram praticamente inigualáveis em matéria de cuidar dos verdadeiros desígnios da Cristandade: “[...] que Vossa Santidade saiba que, embora todos os Reis ou Príncipes Cristãos devam com razão ser caros a Vossa Santidade e a este Sacro Senado, ninguém haverá no entanto que pelo seu valor próprio e pelos merecimentos dos seus maiores o deva com justiça ser mais do que D. João, inclito Rei de Portugal, pois é tal a sua glória e a dos seus progenitores, pelos seus feitos a favor da fé cristã e tal a sua obediência a esta Santa e Apostólica Sé, que poderão, embora dificilmente, ser igualadas, mas nunca, certamente, ser excedidas”¹²⁵. Com efeito, podemos discernir um discurso ideológico que acaba por traduzir uma atitude de clara afirmação do rei de Portugal, rejeitando taxativamente qualquer estatuto de inferioridade perante os maiores colossos régios da Europa. Sob a euforia da dilatação da área de influência lusa e da verdadeira fé, Lucena relatava que D. João II não era uma personagem qualquer. Tratava-se, como vimos, do “consideradíssimo rei, tão dedicado à Igreja Romana e ampliador do culto cristão, perante quem se prostram os reis da Etiópia e a quem todos os anos oferecem presentes”¹²⁶. Ora a sujeição de reis exóticos contribuía, por certo, para deixar no ar uma sensação de plenitude messiânica dos tempos, além de que a cobrança/obtenção de tri-

¹²³In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, pp. 85-86.

¹²⁴ALMEIDA, Justino Mendes de, “Missionação Portuguesa”, in *Janus 99-2000. Anuário de Relações Exteriores*, p. 29.

¹²⁵In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, pp. 81-82.

¹²⁶In COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, p. 85.



butos formava uma das características nucleares dos impérios. Dito de outro modo, os monarcas portugueses tendiam a ser reis de reis, isto é, a possuir a condição de imperadores, apesar de não assumirem oficialmente esse título. E se é verdade, como refere Manuela Mendonça, baseando-se no conteúdo do relato de Lucena, que “a figura de D. João II foi apresentada a Inocêncio VIII como a de um grande monarca que abria no seu reino um período áureo, que se perspectivava glorioso”¹²⁷, não nos parece menos correcto alargar os horizontes geográficos e afirmar que a mesma oração sugere que Portugal, sobretudo à medida que avançavam projectos como o das Índias, sentimentos de brio nacional, conjecturas e especulações, operava no sentido da instituição de uma nova era, a decisiva para o triunfo total da Cristandade sobre os inimigos do Altíssimo, com o País a formar, a pouco e pouco, a cabeça de um estendido Império.

¹²⁷MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um Percorso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, p. 376.







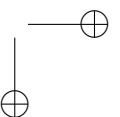
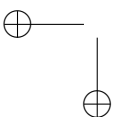
Considerações finais

É perceptível que o rei D. João II corporizava um projecto imperial de expansão ultramarina, conduzindo uma política que consolida Portugal como potência oceânica, que alarga profundamente a nossa influência e os nossos horizontes geográficos, integrando, portanto, múltiplas frentes e espaços, embora, sem dúvida, a determinação régia esteja cada vez mais focalizada na dinâmica da descoberta de um caminho marítimo para o Oriente através da metódica exploração da costa africana em direcção a sul.

De igual modo, como é possível observar, o reinado do *Príncipe Perfeito*, monarca que adopta a imagem de humilde e singular lugar-tenente da «teocracia papal», não estava imune ao caldo messiânico em que crescentemente a monarquia lusíada mergulhava desde a crise de 1383-1385 (veja-se o “Mexias de Lixboa”¹²⁸), reforçado em Quatrocentos pelos Descobrimientos e pela Expansão, vectores que faziam medrar o nosso protagonismo, prestígio e rol de expectativas. Com efeito, a aventura ultramarina, na época do *Pelicano*, transformava o soberano de Portugal no rei do ouro, destacava-o como protector de reis exóticos (um rei de reis) e fazia ainda acreditar que estaria para breve o encontro com o célebre Preste João, projectado como senhor de vastos domínios e riquezas, assim como levava a ajuizar que não tardaria a dar-se a chegada dos navegadores lusos à cobiçada Ásia das especiarias, aproximando-se Cristandades e colocando-se o Islão numa situação de irremediável inferioridade.

Vários procedimentos, como o título de Senhor da Guiné, a reforma do

¹²⁸ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, vol. I, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1991, cap. XLIII, p. 86.





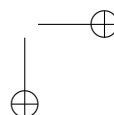
escudo real, a iconografia monetária, a divisa, a narração do milagre de Ourique junto do papa, assim como de façanhas como a construção do Castelo da Mina, a navegação de Diogo Cão e a entrega de novas terras à Igreja, proezas às quais são atribuídas um alto significado e alcance, ou a própria percepção da família de Avis como santa e campeã da Cristandade, uma vez colocados sob um mesmo tecto, denunciam que a actuação de D. João II não estava divorciada do messianismo, com determinados contornos políticos, em crescimento no Portugal do século XV¹²⁹ e da ideia de instauração de uma era dourada para o universo cristão.

O dinamismo inculcado por D. João II à política expansionista facilitou, indiscutivelmente, o incremento das esperanças cristãs, ilustrada, cremos nós, por outros episódios, como o da atribuição da esfera armilar ao primo: “Neste tẽpo dõ Emanuel nam era casado, nem tinha tomado diuisa segũdo costume dos Prĩncipes, pelo que el Rei dom Ioão lhe deu por diuisa a figura da Sphera, perque hos Mathematicos representã ha forma de toda ha machina do çeo, & terra, com todolos outros elementos, cousa despantar, & que parece ã não careçeo de mysterio prophetico, porque assi quomo estaua ordenado per Deos que elle houesse de ser herdeiro delRei dom Ioão, assi quis ã ho mesmo Rei a quẽ hauia de succeder, lhe desse hũa tal diuisa, per cuja figura se demonstrasse ha ẽtregua, & çessam ã lhe já fazia, pera quomo seu herdeiro prosequir depois de sua morte, na verdadeira aução ã tinha na conquista, & dominio de Asia, & Africa, quomo fez cõ muito louuor seu, & honrra destes Regnos”¹³⁰. Por algum tempo, este signo anunciou a futura elevação ao poder de D. Manuel, o qual foi ainda colocado no patamar da entrada para a dominação do Mundo¹³¹.

¹²⁹Cf., uma vez mais, FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, p. 244.

¹³⁰GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, parte I, nova edição conforme a primeira de 1566, Coimbra, por ordem da Universidade, 1949, cap. V, pp. 13-14. Acerca da esfera armilar, cf., entre outros, ALVES, Ana Maria, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*, Lisboa, INCM, 1985, sobretudo pp. 117-136; PEREIRA, Paulo, *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei. Iconologia da Arquitectura Manuelina na Grande Estremadura*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 81 e ss..

¹³¹“Segundo o testemunho do cronista João de Barros, D. João II, que organizara tudo quanto era necessário para a viagem da Índia, sugerira que o seu sucessor adoptasse a esfera como símbolo do seu reinado, já que *esfera* joga foneticamente com *espera*, anunciando, assim, que ele se encontrava não só na antecâmara do poder como no limiar da dominação do globo”, escreve Luís de Sousa Rebelo (REBELO, Luís de Sousa, “Literatura, Intelectuais e Humanismo Cívico”, in CURTO, Diogo Ramada (dir.), *O Tempo de Vasco da Gama*, Lisboa, DIFEL e



Aliás, urge precisar que os ventos do messianismo soprarão com maior fulgor e clareza durante o reinado do *Venturoso*. Efectivamente, tal como outros, cremos que D. Manuel, uma vez no trono, ao qual ascende de forma espantosa e insólita, após o falecimento sucessivo de seis individualidades mais cotadas na linha sucessória, e sobretudo depois de registar como rei uma cadatupa de sucessos mediáticos, como a descoberta do caminho marítimo para a Índia, concretizada logo à primeira tentativa do novo soberano, não deixou de alimentar a ideia, que também entendemos ter estado presente no pensamento de D. João II, embora de forma menos viva ou elaborada¹³², de que o processo expansionista português, orientado apreciavelmente para o combate ao Muçulmano e até mesmo voltado para o alvo da recuperação dos Lugares Santos¹³³, correspondia à materialização da promessa do alastramento do Evangelho por todo o Orbe, rumo ao sensacional império do fim dos tempos¹³⁴. Seguindo esta linha de raciocínio, para além de ser possível ajuizar

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Comissariado para o Pavilhão de Portugal – Expo’ 98, 1998, p. 115).

¹³²Acerca da relação entre D. João II e a conquista de Jerusalém, cf. a posição de THOMAZ, Luís Filipe F. R., “O Projecto Imperial Joanino (Tentativa de Interpretação Global da Política Ultramarina de João II)”, in *De Ceuta a Timor*, p. 167.

¹³³Cf., entre outros, WITTE, Charles-Martial de, “Un Projet Portugais de Reconquête de la Terre-Sainte (1505-1507)”, in *Congresso Internacional de História dos Descobrimientos. Actas*, vol. V, I parte, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 419-449; BROCHADO, Costa, “A Espiritualidade dos Descobrimientos e Conquistas dos Portugueses”, *Brotéria*, vol. XL, Lisboa, 1945, pp. 25-42; THOMAZ, Luís Filipe F. R., “L’Idée Impériale Manuéline”, in AUBIN, Jean (dir.), *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, pp. 61-65; ASENSIO, Eugenio, “Introdução”, in LEÃO, D. Gaspar de, *Desengano de Perdidos*, Coimbra, por ordem da Universidade, 1958, pp. XXVI e ss..

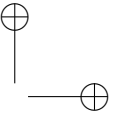
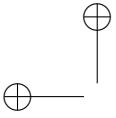
¹³⁴Cf., especialmente, THOMAZ, Luís Filipe F. R., “L’Idée Impériale Manuéline”, in AUBIN, Jean (dir.), *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, pp. 35-103; THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos, “Da Cruzada ao Quinto Império”, in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.), *A Memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 de Outubro de 1987, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 81-165; LUÍS, Alexandre António da Costa, *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*, pp. 593-635; LUÍS, Alexandre António da Costa, “Uma Interpretação do Projecto Imperial Manuelino”, *Anais Universitários*, Ciências Sociais e Humanas, n.º especial 1990-2000, Anais Aniversário, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2000, pp. 135-159; COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005; DELUMEAU, Jean, *Mil Anos de*

que, na época de D. João II, a África, ao abrir-se cada vez mais à influência lusa, constituía o primeiro e glorioso passo percorrido nessa direcção, também é pertinente esclarecer que o império concebido por D. Manuel, embora apresentasse valiosos traços modernos, particularmente em termos de planeamento e de coordenação conduzidos pela Coroa, de intervenção à escala quase planetária, controlando uma vasta rede de comunicações, teimava em perseguir um leque de objectivos próprios da tradição cristã medieval. Assim, ainda maniatado ao espírito cruzadístico, a mitos como o do Preste João, ao providencialismo, aos desejos milenaristas de triunfo final das forças do bem sobre as do mal (destruição do Islão), de fartura e de paraíso terreal, à esperança na obtenção da paz duradoura entre os chefes cristãos e na recuperação da Terra Santa, não surpreende que o *Felicíssimo* pretendesse instaurar uma espécie de “império universal e messiânico”, subsequente aos outros quatro descritos pelo profeta Daniel (que a exegese cristã identifica tradicionalmente com o Assírio, o Persa, o Grego e o Romano, assim ordenados do ponto de vista cronológico), sustenta Luís Filipe Thomaz¹³⁵. Temos diversos indicadores que sugerem que o projecto político imperial encarnado por D. Manuel era concebido como a concretização de um “quinto império”, continuador, repare-se, da transladação de este para oeste da hegemonia mundial e mais ou menos equivalente ao “reino do Espírito Santo” anunciado por Joaquim de Fiore¹³⁶.

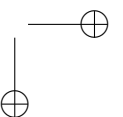
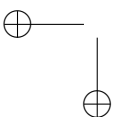
Felicidade. Uma História do Paraíso, pp. 217-236; FRANCO, José Eduardo e REIS, Bruno Cardoso, “Messianismo e Joaquimismo em Portugal: de D. Afonso Henriques ao Sebastianismo”, in PAIVA, Frei Sebastião de, *Tratado da Quinta Monarquia*, pp. 57-77; AUBIN, Jean, *Duarte Galvão*, sep. dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, IX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975 (estudo reproduzido com outros textos do mesmo autor na obra *Le Latin et l’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son Expansion en Asie et les Relations Internationales*, I, Lisbonne-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1996, pp. 11-48).

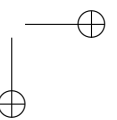
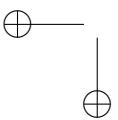
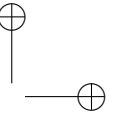
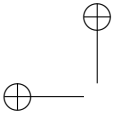
¹³⁵THOMAZ, Luís Filipe F. R., “L’Idée Impériale Manuéline”, in AUBIN, Jean (dir.), *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, pp. 49-50. Décadas mais tarde, o poeta nacional Luís de Camões alude ao tema do Quinto Império, expressando a mencionada leitura interpretativa da sequência dos conjuntos imperiais: “Eternos moradores do luzente,/ Estelífero pólo e claro assento:/ Se do grande valor da forte gente/ De Luso não perdeis o pensamento,/ Deveis de ter sabido claramente/ Como é dos Fados grandes certo intento/ Que por ela se esqueçam os humanos/ De Assírios, Persas, Gregos e Romanos” (CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, introdução à vida e obra e vocabulário d*Os Lusíadas* de Arnaldo de Mariz Rozeira, Lisboa, Guimarães Editores, 2001, Canto Primeiro, 24, p. 37).

¹³⁶THOMAZ, Luís Filipe F. R., “L’Idée Impériale Manuéline”, in AUBIN, Jean (dir.), *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, p. 50.



No entanto, e não é qualquer exagero assegurá-lo, para uma adequada compreensão de todo este desiderato, a análise apurada do reinado de D. João II torna-se, como vimos, um requisito fundamental.







Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e INCM, 1993.
- ALBUQUERQUE, Martim de (ed.), *Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Inocêncio VIII dita por Vasco Fernandes de Lucena em 1485*, Lisboa, Inapa, 1988.
- ALMEIDA, Justino Mendes de, “Missionação Portuguesa”, in *Janus 99-2000. Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 28-29.
- ALVES, Ana Maria, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*, Lisboa, INCM, 1985.
- ANDRADE, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da Difusão, pela Europa, de Notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.
- ASENSIO, Eugenio, “Introdução”, in LEÃO, D. Gaspar de, *Desengano de Perdidos*, Coimbra, por ordem da Universidade, 1958, pp. V-CIX.
- AUBIN, Jean, *Duarte Galvão*, sep. dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, IX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.
- AUBIN, Jean, *Le Latin et l’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son Expansion en Asie et les Relations Internationales*, I, Lisbonne-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1996.

- BAËNA, Miguel Sanches de, “A Artilharia Moderna”, in MOREIRA, Rafael (dir.), *Portugal no Mundo. História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 73-90.
- BARROS, João de, *Ásia. Primeira Década*, Lisboa, INCM, 1988.
- BOXER, C. R., *O Império Marítimo Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, d.l. 1992.
- BROCHADO, Costa, “A Espiritualidade dos Descobrimentos e Conquistas dos Portugueses”, *Brotéria*, vol. XL, Lisboa, 1945, pp. 25-42.
- BUESCU, Ana Isabel, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma Polémica Oitocentista*, Lisboa, INIC, 1987.
- BUESCU, Ana Isabel, *Memória e Poder. Ensaio de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, introdução à vida e obra e vocabulário d*Os Lusíadas* de Arnaldo de Mariz Rozeira, Lisboa, Guimarães Editores, 2001.
- CASTELO BRANCO, Maria dos Remédios, “Portugal nos Finais do Século XV visto por Münzer”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. IV, *Sociedade, Cultura e Mentalidades na Época do Cancioneiro Geral*, Porto, Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 285-299.
- CHAUNU, Pierre, *Conquista e Exploração dos Novos Mundos (Século XVI)*, São Paulo, Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.
- CHAVES, Álvaro Lopes de, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, códice 443 da Coleção Pombalina da BNL, introdução e transcrição de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, INCM, 1984.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley, “Sobre a Formação e Evolução da Lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”, in FARIA, Isabel Hub (org.), *Lindley*

- Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, pp. 159-198.
- CIPOLLA, Carlo M., *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)*, Lisboa, Gradiva, 1989.
- COELHO, António Borges, *Largada das Naus (1385-1500). História de Portugal*, vol. III, Alfragide, Caminho, 2011.
- COSTA, A. Fontoura da, *Às Portas da Índia em 1484*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1936.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. João II e a Cristianização de África”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. I, *D. João II e a Política Quatrocentista*, Porto, Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 405-416.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II”, in *D. João II: o Mar e o Universalismo Lusíada. Actas do III Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2000, pp. 39-61.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.
- COUTO, Jorge, “Comércio com África I – Costa Ocidental”, in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Caminho, 1994, pp. 260-265.
- DELUMEAU, Jean, *Mil Anos de Felicidade. Uma História do Paraíso*, Lisboa, Terramar, 1997.
- DUFFY, Eamon, *Santos e Pecadores. História dos Papas*, Lisboa, Edições 70, 2008.
- FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, “Monetário (Münzer), Dr. Jerónimo”, in SERRÃO, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 333-334.

FIGUEIREDO, Fidelino de, *A Épica Portuguesa no Século XVI*, Lisboa, INCM, 1987.

FONSECA, João Abel da, “D. João II e a Viagem a Portugal do Dr. Jerónimo Münzer”, in *D. João II: o Mar e o Universalismo Lusíada. Actas do III Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2000, pp. 91-99.

FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005.

FRANCO, José Eduardo e REIS, Bruno Cardoso, “Messianismo e Joaquimismo em Portugal: de D. Afonso Henriques ao Sebastianismo”, in PAIVA, Frei Sebastião de, *Tratado da Quinta Monarquia*, Lisboa, INCM, 2006, pp. 57-77.

FREITAS, Frei Serafim de, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, vol. I, Lisboa, INIC, 1983.

GARCÍA MERCADAL, J., *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, vol. I, s.l., Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1999.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Portugal: a emergência de uma nação (das raízes a 1480)*, Lisboa, Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2.^a ed. (1.^a na Dom Quixote), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2008.

GÓIS, Damião de, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1905.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, parte I, nova edição conforme a primeira de 1566, Coimbra, por ordem da Universidade, 1949.

GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

HOWARD, Michael, *A Guerra na História da Europa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, Lisboa, Tinta-da-China, 2006.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, vol. I, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1991.

LUÍS, Alexandre António da Costa, “Uma Interpretação do Projecto Imperial Manuelino”, *Anais Universitários*, Ciências Sociais e Humanas, n.º especial 1990-2000, Anais Aniversário, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2000, pp. 135-159.

LUÍS, Alexandre António da Costa, *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor João Marinho dos Santos, 2008.

LUÍS, Alexandre António da Costa, “Uma Potência em Ascensão: Portugal à luz do discurso proferido por D. Garcia de Meneses perante o Papa Sisto IV (1481)”, in BARATA, André, PEREIRA, António Santos e CARVALHEIRO, José Ricardo (org.), *Representações da Portugalidade*, Alfragide, Caminho, 2011, pp. 243-263.

LUÍS, Alexandre António da Costa, “O Papado Perante a Expansão Portuguesa: o significado político da bula *Romanus Pontifex* (1455)”, in ROSA, José Maria Silva (org.), *Da Autonomia do Político: entre a Idade Média e a Modernidade*, Lisboa, Documenta, com o apoio da FCT, 2012, pp. 269-288.

MARCOCCI, Giuseppe, *A Consciência de um Império. Portugal e o seu Mundo (Sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MARQUES, Alfredo Pinheiro, “Monetário, Jerónimo”, in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Caminho, 1994, p. 759.

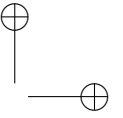
- MARQUES, João Martins da Silva (ed.), *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. III (1461-1500), Lisboa, INIC, 1988.
- MATOS, Luís de, *L'Expansion Portugaise dans la Littérature Latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Na Manhã Fértil - Sondando o Milagre de Ourique na Cultura Portuguesa”, *Ler História*, n.º 16, Lisboa, Teorema, 1989, pp. 3-28.
- MAURÍCIO, Carlos Coelho, “Entre Silêncio e Ouro – Sondando o Milagre de Ourique na Cultura Portuguesa”, *Ler História*, n.º 20, Lisboa, Teorema, 1990, pp. 3-37.
- MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um Percorso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- MENESES, Avelino de Freitas de, *Rumos da Expansão Quatrocentista: D. Afonso V e D. João II*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985.
- MILHOU, Alain, *Colón y su Mentalidad Mesiánica en el Ambiente Franciscanista Español*, Valladolid, Publicaciones de la Casa-Museo de Colón y Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1983.
- MONTEIRO, Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. I (1139-1521), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989.
- MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, por ordem da Universidade, 1980.
- MÜNZER, Jerónimo, *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*, prólogo de Manuel Gómez-Moreno, traducción de José López Toro, Madrid, Colección Almenara, 1951.
- NASCIMENTO, Aires Augusto, *O Milagre de Ourique num Texto Latino-Medieval de 1416*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras*, IV série, n.º 2, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1978.

- OLIVEIRA, Aurélio de, “O Portugal das Descobertas no Testemunho dos Estrangeiros (1400-1500)”, in *La Caravelle Portoghese Sulle Vie delle Indie*, Le Cronache di Scoperta fra Realtà e Letteratura atti del Convegno Internazionale, Milano 3-4-5 Dicembre 1990, Roma, Bulzoni Editore, 1993, pp. 125-138.
- OLIVEIRA, Aurélio de, *Nos Caminhos do Atlântico (1400-1500)*, Braga, 1999.
- OLIVEIRA, Aurélio de, “Destinos do Império: da construção ao apogeu e à decadência”, in *Janus 99-2000. Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 60-61.
- PAGDEN, Anthony, *Mundos em Guerra. 2500 Anos de Conflito entre o Ocidente e o Oriente*, Lisboa, Edições 70, 2009.
- PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As Orações de Obediência de Aquiles Estação*, Coimbra, INIC e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991.
- PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, introdução e anotações históricas pelo académico de número Damião Peres, 3.^a ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954.
- PEREIRA, Paulo, *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei. Iconologia da Arquitectura Manuelina na Grande Estremadura*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.
- PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 3.^a ed., Porto, Vertente, 1983.
- PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza...*, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790.
- PINA, Rui de, *Chronica d'El Rei Dom João II*, in *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza...*, tomo II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792.

- RADULET, Carmen, “Cão, Diogo”, in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Caminho, 1994, pp. 192-194.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Latim Renascentista em Portugal (Antologia)*, Coimbra, INIC e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1985.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Para a História do Humanismo em Portugal (II)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Para a História do Humanismo em Portugal (III)*, Lisboa, INCM, 1998.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Para a História do Humanismo em Portugal (IV)*, Lisboa, INCM, 2000.
- REBELO, Luís de Sousa, “Literatura, Intelectuais e Humanismo Cívico”, in CURTO, Diogo Ramada (dir.), *O Tempo de Vasco da Gama*, Lisboa, DIFEL e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Comissariado para o Pavilhão de Portugal – Expo’ 98, 1998, pp. 113-133.
- RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, vol. II, Lisboa, INCM, 1990.
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1973, nova ed. 1991.
- RODRIGUES, Vítor, “Lucena, Vasco Fernandes de”, in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Caminho, 1994, pp. 628-629.
- ROSA, Maria de Lurdes, “O Corpo do Chefe Guerreiro, as Chagas de Cristo e a Quebra dos Escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média”, *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 3, Guimarães, Câmara Municipal/Universidade do Minho, 1997, pp. 85-123.

- ROSA, Maria de Lurdes, “Velhos, Novos e Mutáveis Sagrados... Um Olhar Antropológico sobre Formas «Religiosas» de Percepção e Interpretação da Conquista Africana (1415-1521)”, *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 18, Lisboa, 2006, pp. 13-85.
- RUBIM, Nuno José Varela, *D. João II e o Artilhamento das Caravelas de Guarda-Costas. O Tiro de Ricochete Naval*, sep. da *Revista de Artilharia*, 1990.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, “Conceitos de Espaço e Poder e seus Reflexos na Titulação Régia Portuguesa da Época da Expansão”, in AUBIN, Jean (dir.), *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 105-129.
- SANTOS, João Marinho dos, “Sobre a Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (Século XVI)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 26, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, Maio-Agosto 1989, pp. 71-84.
- SANTOS, João Marinho dos, “Tordesilhas e o Modelo do Império Português”, *Vértice*, n.º 63, Lisboa, Novembro-Dezembro 1994, pp. 19-24.
- SANTOS, João Marinho dos, *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (Séculos XV e XVI)*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- SANTOS, João Marinho dos, “Portugal e Marrocos – Da Confrontação à Cooperação”, in SANTOS, João Marinho dos, SILVA, José Manuel Azevedo e, NADIR, Mohammed, *Santa Cruz do Cabo de Gue D’Agoa de Narba. Estudo e Crónica*, Viseu, Palimage Editores e Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007, pp. 9-93.
- SANTOS, Nuno Valdez dos, “Artilharia e Artilheiros do Mar”, *Oceanos*, n.º 38, *Navios e Navegações. Portugal e o Mar*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Abril/Junho de 1999, pp. 130-147.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. II, *A Formação do Estado Moderno (1415-1495)*, 3.^a ed., revista, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI. Um Percurso de Dimensão Universal*, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1994.
- SÍCULO, Cataldo Parísio, *Dois Orações*, prólogo, tradução e notas de Maria Margarida Brandão Gomes da Silva, introdução e revisão de Américo da Costa Ramalho, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974.
- SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Acção Missionária dos Portugueses na África Ocidental (Séc. XV-XVII)*, Coimbra, 1987.
- SILVA, Manuel Telles da, *Vida e Feitos de D. João II*, Lisboa, INCM, 1998.
- SOUSA, Ivo Carneiro de, “A Expansão Otomana e a Reacção Portuguesa no Reinado de D. Afonso V (1453-1481)”, in *Livro de Homenagem – Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, pp. 567-579. <http://repositorioaberto.up.pt> (acedido a 28-10-2013).
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., “L’Idée Impériale Manuéline”, in AUBIN, Jean (dir.), *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, Linda-a-Velha, DIFEL, 1994.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. e ALVES, Jorge Santos, “Da Cruzada ao Quinto Império”, in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.), *A Memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 de Outubro de 1987, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 81-165.



TORRES, Ruy d'Abreu, "Lucena, Vasco Fernandes de", in SERRÃO, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 67-68.

VARELA, Consuelo, *Ingleses en España y Portugal – 1480-1515. Aristócratas, Mercaderes e Impostores*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

VASCONCELOS, Basílio de, "Itinerário" do Dr. Jerónimo Münzer (Excerptos), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

WITTE, Charles-Martial de, "Un Projet Portugais de Reconquête de la Terre-Sainte (1505-1507)", in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas*, vol. V, I parte, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 419-449.

